

**Universidade Federal Fluminense**  
**Instituto de Ciências Humanas e Filosofia**  
**Curso de Graduação em Sociologia**

**Maria Regina Leal Guedes**

**A Sociologia do Populismo: De sua definição à influência na  
percepção das democracias e no pensamento social americano**

**Niterói, 2020.**

**Universidade Federal Fluminense**

**Instituto de Ciências Humanas e Filosofia**

**Curso de Graduação em Sociologia**

**Maria Regina Leal Guedes**

**A Sociologia do Populismo: De sua definição à influência na percepção das democracias e no pensamento social americano**

**Orientadora: Prof. Carmen Lúcia Tavares Felgueiras**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Sociologia e Metodologia  
em Ciências Sociais da Universidade Federal  
Fluminense como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em Sociologia

**Niterói, 2020.**

## **Agradecimentos:**

Agradeço a minha mãe pelo apoio incondicional e pelo amor. Ao meu parceiro Matheus pela grande ajuda e companheirismo no meio dos obstáculos de sempre. Dedico ao meu filho Arthur, que mesmo tendo acabado de nascer também ajudou como fonte de inspiração ímpar. Agradeço meu pai, Antônio Carlos, que era professor, músico, biólogo e tantas outras coisas. Sempre foi aquele que me incentivou a seguir a carreira docente e a falar de política .

Lembrar de você vai sempre me dar forças.

Agradeço minha irmã Luciana por estar sempre do meu lado e me acalmar quando ficava com alguma aflição, obrigada pela minha irmã Natália que ficou comigo na maternidade. Agradeço a Universidade e ao departamento de Sociologia, que se importam em formar os alunos com qualidade e celeridade, todo o corpo de formação de sociologia e as aulas que eram exatamente onde eu queria estar.

Também agradeço a todos aqueles que me ajudaram de uma maneira direta ou outra nessa reta final. Obrigada pela minha tia Mariluz, pela ajuda e apoio. Por fim, agradeço a minha orientadora, Carmem Felgueiras pela orientação, dicas de leitura e paciência em todo o processo.

LEAL GUEDES, Maria Regina. A Sociologia do Populismo: De sua definição à influência na percepção das democracias e no pensamento social americano. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.(Monografia de Graduação)

Este trabalho objetiva uma revisão e análise de livros, artigos e debates sobre o conceito de populismo, sua diferenciação entre populismo político e populismo econômico, sua relevância histórica e pública para hoje em dia, e quais são as atualizações em torno do termo. Ao longo do processo, o conceito de democracia na formação política tanto da América Latina e o Brasil, desde o século XIX, se torna essencial para o debate. O recorte escolhido é o que geralmente é empregado pelo conceito de populismo, que é na maior parte é ao longo do século XX, geralmente em contexto de profunda alteração em termos de nacionalismo e políticas de Estado, como também a formação do discurso liberal conservador e sua influência na gestação dos estudos acadêmicos da área. Assim como é abordado categorias adjacentes ao populismo, que são a democracia, a representação, a propaganda e também movimentos sociais e de massas.

Resume:

This work intends to review and a analysis of books, articles and debates approaching the concept of populism, its definition between political and economic populism, it's historical and public relevance for today, and also what are the updates involving the theme. The concept of democracy inside the political formation both in Latin America and also in Brazil, since the 19th century. The selected resource is mostly from the twentieth century, it involves the context of profound change in terms of nationalism and state policies, as well as the formation of the “liberal conservative” discourse and its influence in the making of academic studies in the area. Just as it is approached the subjects similar to populism, which are terms such as democracy, representation, propaganda and also social and mass movements.

Palavras-chave: América Latina, Brasil, EUA, populismo, patrimonialismo, democracia

Key-words: Latin American, Brazil, EUA, populism, patrimoalism, democracy

Capítulo 1 – DEMOCRACIA e POPULISMO

1.1 – A formação do conceito de populismo e democracia política	09
1.2 – A Formação do pensamento social e político no Brasil	15
1.3 – O republicanismo, o presidencialismo de coalizão e a formação da classe dos partidos políticos no Brasil	17

CAPÍTULO – 2 O CONCEITO DE POPULISMO E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

2.1 – A Inteorização e o regionalismo	35
2.2 – Ideologia e Populismo	38
2.3 – O Populismo em comparação. (Rússia, EUA e América Latina)	40

3 – POPULISMO E CLASSES SOCIAIS EM PERSPECTIVA:

3 – O Populismo e a Propaganda	45
3.1 – Populismo e o Desenvolvimento	49
3.2 – Populismo e Formação Nacional na América Latina	51
3.3 – A classe popular e a elite dentro do sistema político	55
Conclusão	58
Referências Bibliográficas	61

## **Introdução:**

Nos últimos tempos, houve uma reinserção do conceito de populismo dentro do debate público. Dentro da perspectiva de mundo moderna, o populismo se encarna como uma mitologia, assentado em noções como a do anti-establishment, inviabilidade da política representativa, e principalmente as recentes crises do capitalismo e das democracias liberais. A temática do populismo passou por diversas modificações. Desde as feições de descrição do populismo clássico, aquele que aborda a formação das oligarquias rurais no XIX, até o chamado neopopulismo (movimento mais próximo ao do tempo presente).

Por isso, no capítulo 1 atento para a formação do conceito de democracia política com autores da sociologia clássica para tentar entender inicialmente através deles, sua estreita relação com a noção de legitimidade que envolve debate do populismo. Dentro das teorias clássicas da sociologia, a questão da desigualdade social e da estratificação social sempre foi objeto de estudo e pesquisa para a área, nascendo em conjunto com as instabilidades do desenvolvimento social e industrial do século XIX.

O debate sobre populismo seria então circunscrito em um recorte cronológico posterior ao período de formação dos Estados-nação e do neocolonialismo. O assunto na ciência política envolve a análise da democracia<sup>1</sup>, ou direta ou indireta. O estudo de populismo nas diversas perspectivas, é empregado, em sua maior parte, apenas de maneira conceitual e não descritivo ou com caráter histórico. O estudo sobre populismo ou patrimonialismo ou outros critérios oriundos da ciência política e seu embricamento com o pensamento social brasileiro, acabam envolvendo as relações de reprodução social dos costumes e crenças, tanto pessoais, quanto políticas dentro da ciência. Surgida como ciência transversal da educação e dos modos de ensino, a sociologia esbarrou nos episódios históricos revolucionários, como também marcou presença enquanto campo para vertentes mais conversadoras como o positivismo foi um estilo de escola política muito difundida inclusive na mentalidade das forças armadas brasileiras.

Nos últimos tempos, em Inglaterra, Itália, Estados Unidos e Brasil, um movimento conservador muito forte de resistência ao antigo movimento de onda progressista se apresentou nos últimos anos. Visto nas décadas passadas, uma onda de governos de esquerda em todo mundo tomaram o poder, principalmente na América Latina. Isso encerrou o

---

<sup>1</sup> - Sobre os gregos serem os inventores do estilo de governo da democracia, é notável uma arquitetura de igualdade dentro de certos padrões, por exemplo, nas comunidades das cidades-estado gregas, ser homem, e não ser escravo.

movimento definido pela ciência política como “onda rosa”(*pink tide*) e foi sobreposto por um radical movimento em direção ao campo de direita, cada vez menos liberal ou social-democrata.

Ao mesmo tempo, ocorreu um fenômeno de movimento e ascensão eleitoral de partidos políticos, como o Podemos na Espanha, ou mesmo a vitória do Syriza grego, ou mesmo as propostas de saída dos blocos de influência e circulação aduaneira, movimentos fortemente marcados por frases de efeito, como “Yes, We Can” da campanha de Obama, “Take it Back”, utilizada no “Brexit”, “Make America Great Again”, utilizada na eleição de Trump de 2016, e assim em diante.

Para além disso, é inegável que a discussão que aborda o populismo e está cheia de reminiscências. Existem estudos que serão abordados no trabalho, no capítulo I, faço um levantamento e debate dos principais ângulos e autores em torno da temática do populismo e da democracia, tanto no quesito de autores conceituais, como de Ernest Laclau, teórico político Argentino, e Chantal Mouffe, em livros como “*On Populism Reason*”.

Como também uma análise da área de estudos de América Latina e Populismo, com autores como Octávio Ianni e Gino Germani. Já a abordagem também de Francisco Panizza e sua organização da obra em conjunto “*Populism and the Mirror of Democracy*” (Populismo e o Espelho da Democracia), abordam a questão da massa e da afetividade, e uma forma de vínculo e indagam se seria um clichê a pretensa dificuldade de caracterizar e ponderar o conceito e o risco de pontos fora da curva de análise, sendo uma abordagem sobre democracia e populismo. Mais recentemente, autores como Michael Kasin revisam o carácter retórico e estético por trás do populismo, como também foi feito em estilo parecido por Ernest Laclau, mas também feito por Grita Grin Debert, ao analisar a linha de discurso de alguns políticos nacionais, como Jânio Quadros e Ademar de Barros, em estudos já direcionados para os casos brasileiros de análise.

As temporalidades que envolvem os ciclos econômicos e as mudanças políticas dentro dos períodos de crise social e desconfiança do governante, fazem com que os estudos e noções de patrimonialismo, clientelismo, corrupção passam a fazer parte da sociedade como uma espécie fixação com transparência presente nos círculos de classe média da época, onde é o “dever do cidadão” acompanhar e questionar os governantes, podendo julgá-los e interpretá-los de maneira diferente em cada perspectiva para combater o populismo.

Nos últimos tempos, o debate do

Assim o objeto principal é um estudo do conceito de populismo e suas reverberações sociológicas e historiográficas são abordadas de maneira mais detalhada, metodologicamente no capítulo 1, onde falaremos sobre diversos aspectos sobre democracia e populismo. No primeiro Capítulo, o debate é sobre Democracia e Populismo 1) *A formação do conceito de populismo e democracia política, 1.2), A Formação do pensamento social e político no Brasil, 1.3) O republicanismo, o presidencialismo de coalizão e a formação da classe dos partidos políticos no Brasil. No capítulo 2), o debate gira em torno do conceito de populismo e as ciências sociais. A primeira parte fala sobre a criação das estratégias de empresas e empreendimentos regionais. No 2.1) A Inteorização e o regionalismo, veremos a construção das políticas para o interior e para o desenvolvimento regional. 2.2) Ideologia e Populismo(P.37) 2.3) O Populismo em comparação. (Rússia, EUA e América Latina) (P.40* Nos demais subcapítulos do capítulo 2), o populismo é visto em comparação de Ernest Laclau, Michael Kasin e Octávio Ianni, inclusive este último tem um terceiro capítulo, da primeira parte do seu livro, **Formação do Estado Populista na América Latina**, onde discute entre notas as diferenças entre a formação do povo enquanto nação entre Estados Unidos e Rússia. A última parte aborda os debates em torno da noção de classes sociais, 3) Populismo e Classes Sociais em perspectiva: o primeiro sendo a questão da comunicação de massa, e a ligação entre populismo e propaganda, 3) O Populismo e a Propaganda, no 3.1) Populismo e Desenvolvimento, o debate é sobre as teorias econômicas e a ligação com a sociologia, no 3.2) Populismo e Formação Nacional na América Latina, e por fim: o último subcapítulo: 3.3) A classe popular e a elite dentro do sistema político.

### **1) A formação do conceito de populismo e democracia política:**



Basicamente, hoje em dia, a democracia como forma de governo é um consenso como melhor forma de governo, ou ainda, como “única” forma. O mundo moderno observou a ascensão de uma estética e retórica de ceticismo diverso, de constituições políticas que saíam do âmbito privado, como era no antigo regime e sofrem um processo de separação gradual do espaço público do espaço privado. Segundo a teoria elitista clássica, o processo de dúvida da possibilidade de novas classes ascenderem é essa forma de entendimento parecido com aquele das democracias gregas, que enxergavam Aristóteles no governo (cracia) de (demos) todos, seira em tese: “governo de todos”.

Para Aristóteles, a comunidade (koinonia) exercida pela Pólis era uma inevitabilidade, uma forma de potência do homem pleno, e pouco o homem poderia preponderar sobre o sistema ou querer não estar nele. Para Moses Finlay, em *Democracia Antiga e Moderna*, o conceito de razão de estado se encontra na elaboração desses sistemas e que essa elaboração era muito complexa. Para ele, significa dizer que longe do que é panfletado, o período de ascensão dos costumes de democracia coincide com o período de maior expansão militar grega, sendo a ideia de democracia, na realidade, mais uma forma de governo de concordata entre oligarquias que tentam se passar com o discurso de ser povo, de ser “todos”. (FINLAY, 1988, P.104). Já o sociólogo argentino Gino Germani aponta a democracia como um contexto a ser analisado como par dialético do autoritarismo, como seu próprio antagonista. Assim, é nítido para Germani um envolvimento da modernidade e os fenômenos de desenvolvimento, dependência e classes sociais e o paradigma da ascensão das nações latinas.

Assim como em Durkheim, Marx e Weber, autores como Luckas ou Ortega e Gasset influenciaram alguns critérios transversais sobre consciência, povo, massas, e memória coletiva; como e também sobre a ideia da diferença social, da anomia, e de outras facetas da vida em sociedade que importam mais do que o mero registro de uma história estática e seus baluartes tradicionais vinculados aos critérios de verdade e narrativa, que optam em ampla medida, em uma análise estética de valor, foi tal revolução justa ou não, foi tal movimento válido, ou não? Além disso, qual é sua relação de importância para tal povo ou nação? Essas são as perguntas corriqueiras que envolvem a imaginação sociológica e suas formas de se analisar um objeto científico.

Dentro das teorias clássicas da sociologia, a questão da desigualdade social e da estratificação social sempre foi objeto de estudo e pesquisa para a área, nascendo em conjunto com as instabilidades do desenvolvimento social e industrial do século XIX. Assim

como em Durkheim, Marx e Weber, Karl Mannheim, daí a importância da ideia da diferença social, da anomia, e de outras facetas da vida em sociedade e sua relação com a contemporaneidade, acaba envolvendo as relações de reprodução social dos costumes e crenças, tanto pessoais, quanto políticas. Surgida como ciência transversal da educação e dos modos de ensino, a sociologia esbarrou nos episódios históricos revolucionários, como também marcou presença enquanto campo para vertentes mais conversadoras como o positivismo foi um estilo de escola política muito difundida inclusive na mentalidade das forças armadas brasileiras.

Existem abordagens que despertam para a análise de texto e contexto, como nos estudos do “new criticism”, que não estudam apenas verdades ou afirmações históricas, estudam discursos específicos, formulação de textos e sua estrutura de linguagem em comum e focam nos mecanismos retirados dos estudos literários, como jargões e formas de comprimento, bandeiras e principalmente, na retórica desses grupos. Muitas pesquisas utilizaram o conceito de populismo para analisar a história das evoluções políticas e a formação de um tipo de governo ou retórica. No mundo contemporâneo, multifacetado, afetado pelas políticas econômicas do neoliberalismo, também há a ascensão das formas de análise do chamado populismo de direita. Fatores que ao longo prazo, podem servir para diversificar a economia e gerar outras atividades de renda ou cultura, como no caso do turismo, o que estimularia o nível de competitividade no mercado global.

Um importante sociólogo do século XIX, Max Weber já em suas pesquisas, apontava uma definição diferenciada para os estilos de vocação, tanto na ciência, como na política. O debate seria para Max Weber uma discussão sobre o carácter político, sendo um conceito para ele que denota um sentido de diretriz, podendo ser uma taxa cambial, uma política pública, combinações de trocas simbólicas, válidas enquanto forma de economia, de uma comunidade ou mesmo de uma aldeia. Enfim, para a sociologia, o que seria uma associação política? Mais importante ainda, seria salientar uma aproximação dos estudos do campo da religião e sua influência cultural na personalidade política de certos grupos. No caso, a lição de Weber vista principalmente na “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” é entre analisar os ascetismos dos hábitos protestantes e sua ligação estreita com a ideologia da prosperidade e do progresso dentro da ordem do capitalismo liberalista clássico.

A associação política seria idealizada nas nossas sociedades através da estruturação de um Estado, mais especificadamente o caso moderno e contemporânea: de um Estado

Nacional. Além disso, ele teria que ser orquestrado a partir de um território, uma forma de “dominação para dentro”. Nesse sentido, a ausência dessas formações seria uma “anarquia” e não de um domínio territorial coeso e harmônico. A principal questão que Weber pode nos demonstrar é que outras formas não autoritárias de dominação validam o aspecto político. O populismo poderia ser então tanto o discurso autoritário sobre a violência de Estado, como a própria conciliação do Estado e das classes sociais inseridas nele. Como também é interessante ressaltar que em Max Weber, existe uma definição de sociedade capitalista em formação, típica do século XIX, onde sua divisão do poder político em mais esferas apenas do que a violência legítima do Estado, podendo ser exercido tanto pela forma de dominação carismática, como pela dominação burocrática.

Em *Crítica e Crise*, Reinhart Koselleck afirma que muitas das vezes a crítica não é resultado da crise, mas sim a propagadora da própria crise, onde desfaz a própria interpretação da História e se faz uma projeção utopista do futuro, transformando-a assim em filosofia da história dentro dos paradigmas de temporalidades e narrativas. Ainda segundo Koselleck, isso faz com que não só o espaço de experiência política seja desmantelado (um projeto de governo ou de administração empresarial), como se reduz a própria legitimidade da política, projetando a existência humana para o futuro através de uma ideia de fases, a crítica social (discurso do populismo e queda de padrão) gera uma crise institucional que é solucionada pelos mecanismos de autonomia e judicialização.

Hoje em dia, autores como Michael Kasin, ou mesmo Thomas Frank analisam o populismo, por exemplo, dos Americanos do Norte (EUA), podendo servir como contraponto aos estudos mais clássicos, que focam em períodos, países e caracterização de líderes específicos, dispersos por épocas diferentes, ou Thomas Frank e a noção de populismo de mercado para analisar a imprensa moderna americana.

Já estudos internacionais como de Sebastian Edwards: *“Left Behind in Latin American – The False Promise of Populism (2010)”* (Esquecidos da América Latina, a promessa falsa do populismo) gostam de salientar uma diferença de análise entre políticos moderados de esquerda como Lula, Fernando Lugo ou Michelle Bachalet, de um pretendo radicalismo de esquerda de Hugo Chaves, ou mesmo Néstor e Cristina Kirchner, e a reincarnação histórica da figura do casal popular (Perón e Evita).

A questão da retórica populista de Ernest Laclau, a questão da caracterização do que seria o típico do populismo e o debate que isso gera é se este seria de esquerda ou de

direita. Ideologia e o discurso são partes importantes do que Ernest Laclau traçou como formas exercício da articulação e retóricas do populismo. Sendo uma linha de populismo político, vendo nas interações populistas uma razão implícita. Na obra “*On Populism Reason*”, Laclau diferencia o Populismo político de populismo agrário, como visto no quadro abaixo:

#### Agrarian populisms

1. farmers' radicalism (eg. the US People's Party)
2. peasant movements (eg. The Eastern European Green Rising)
3. intellectual agrarian socialism (eg. the *narodniki*)

#### Political populisms

4. populist dictatorship (eg. Perón)
5. populist democracy (ie. calls for referendums and 'participation')
6. reactionary populisms (eg. George Wallace and his followers)
7. politicians' populism (ie. broad non ideological coalition-building that draws on the unificatory appeal of 'the people')<sup>5</sup>

*Figura 1: LACLAU, Ernest. On Populism Reason (2005), (P.6)*

Primeiro identificamos no quadro uma diferença entre populismo de estilo agrário representado por 1) fazendeiros radicais ligados ao “People's party” , 2) movimentos camponeses, como os “verdes” do leste europeu, e em uma última ligação: 3) o intelectualismo socialista agrário ligado as comunas rurais (narodnik). Já a vertente do chamado populismo político seria de 4) “ditadores populistas” (com exemplo de Peron), 5) democracia populista, com chamadas para referendos e participação, 6) populismo

reacionário (como exemplo de George Wallace e seus seguidores, e 7) políticos populistas (que formam coligações majoritárias em nome do apelo da unificação do chamado “povo”.

O problema do debate teórico a respeito das diferenças abordagens de populismo consiste, como visto por Francisco Panizza nas análises estáticas historiográficas que associam diretamente políticos ao carácter “populista”. Nesse sentido, sua análise traz uma modificação substancial na forma de encarar e estudar os conceitos de hoje em diante. Ao exemplo de Laclau, podemos ver que coloca lado a lado, Perón e George Wallace<sup>2</sup>. Mesmo erro que recorre Humberto Eco ao em seu “dicionário político” ao categorizar genericamente, lado a lado, movimento como o nazista, ao lado do castrismo em Cuba.

Michael Kasin fala também sobre o século XIX. O único autor que consegue enxergar essa abordagem ainda no final do século XIX, é Octávio Ianni, a análise específica de América Latina está no capítulo 3.2) Populismo e Formação Nacional na América Latina. Em seu livro: “A Formação do Estado Populista na América Latina”, que aborda o início da formação identitária política, como o indigenismo e o aprismo (abordagens regionalistas) e o começo da planificação e consolidação das elites políticas latinas no poder, na época que os EUA viviam a Era Progressista, o Brasil vivia a República Velha, com seu esquema de eleições compradas e alteração do eixo de poder entre São Paulo e Minas Gerais.

Na América latina, é referenciado nesse estudo e também em outros feitos na língua inglesa, uma forma de avanço, tomada de poder, chamada de “*pink tide*”(Onda Rosa) guinada à esquerda, seguida por uma outra guinada à direita, ou seja, uma “Onda Azul”, que também é criticado como uma forma de populismo.

Países de tradição colonial como Peru, Argentina e Brasil se viram as voltas com uma espécie de onda reformista de direita. Na opinião de Francisco Panizza, ao contrário dos anos de 1930-40 quando o “populismo” era uma conciliação de novas classes sociais em ascensão, o populismo dos anos de 1990 na América latina envolvia uma revisão drástica assumida na forma de liberalização total, como no caso da eleição de Fernando Collor no Brasil, ou Alberto Fujimori no Peru, Raúl Alfonsín na Argentina, do Partido da União Cívica Radical. Esse movimento da América latina é conhecido como “neopopulismo” e antecipou a “*pink tide*” (onda rosa) do século XXI”, como o livro de André Singer: “Collor na periferia: a volta por cima do populismo?”, em artigo publicado com análise da equipe da Idesp, como uma observação dos contingentes populacionais mais pobres que votaram em Fernando Collor.

---

2 - George Wallace foi um governador do partido democrata racista do Alabama que era contra o fim da segregação. Porém possuía um discurso de forte apelo às “massas” e ao “povo”. Ficou conhecido pela forte violência empregada por ele nos protestos de Montgomery e Selma em 1965.



## 1.2) A Formação do pensamento social e político no Brasil:

Para sustentação teórica, há também o pensamento de Gildo Marçal Brandão "*Linhagens do Pensamento Político Brasileiro(2007)*" que coloca em seu livro de maneira similar ao estilo de pesquisa da "História das ideias" de cunho político feito por Quentin Skinner, sobre diferenciações e formas de pensamento político nacional, analisando autores como Oliveira Vianna, Joaquim Nabuco, ou mesmo Sílvio Romero, em uma perspectiva teórica de analisar certas "famílias intelectuais" com objetivo de evidenciar o idealismo constitucional presentes nos intelectuais liberais, que acreditavam que das boas leis surgiriam a boa sociedade, como também o idealismo orgânico, que acreditava que pelo carácter anômico da sociedade brasileira, ela precisaria ser centralizada e tutelada. Seu estudo sobre o conservadorismo no Pensamento Social no Brasil permitiu observar aquelas estruturas de explicações políticas que teriam carácter a priori, onde uma lógica cartorial e burocrática faz com que certas ideologias políticas sobressaiam a outras. Sendo então isso a causa do "manda quem pode, obedece quem tem juízo":

"Ora, qualquer tentativa de definir a visão do País e o programa político da corrente conservadora brasileira que foi responsável no século XIX pela construção do Estado e pela manutenção da unidade territorial, forneceu no século XX a diretriz básica da ação de grupos políticos e das burocracias dominantes no País( do tenentismo e do primeiro varguismo ao geiselismo, de Agamenon Magalhães a Antonio Carlos Magalhães), e cujo origem intelectual remonta em boa medida ao visconde do Uruguai e a Oliveira Viana. Reconhecerá que eles se assentam na tese de que não é possível construir um Estado liberal(e democrático) em uma sociedade que não seria liberal. Sua consequência prática é que esta precisa ser tutelada e a centralização política e administrativa afirmada.(BRANDÃO, 2007, P.46)"

Os símbolos dentro de uma cultura nacional que são transmitidos pelas ideias de certos indivíduos que marcaram época, podem se converter em poder político. Assim dentro do imaginário social, os intelectuais simbolizam essa forma de conversão que geram influência política. Por exemplo, Joaquim Nabuco na campanha abolicionista; Ruy Barbosa na República Velha; Francisco Campos na elaboração das políticas educacionais do Estado

Novo, ou Delfim Neto e Roberto Campo no período posterior de 1964 (LAFER,1975,P.30).

O pensamento conservador no Brasil de origem primeiramente escravocrata passou por mutações e influências de matizes diversas, do liberalismo de alvo na Europa e países como Alemanha e França, com as modernizações efetivas no gabinete Rio Branco, chamadas de modernização conservadora, já no período monárquico, passando pela urbanização central do Rio de Janeiro tendo como modelo a Paris reformada do Barão de Haussman, como demonstrada no livro de Jaime Belchimol: “Um Haussman nos trópicos”, através da figura do prefeito Pereira Passos no início do século XX. No período ainda monárquico, em certo sentido, a análise de “modernização conservadora”<sup>3</sup> é a forma como se entende ideologicamente o país. Passamos a englobar termos como “anarquia social”, “Paz social”, “ordem”, “progresso” começam a ser a lógica de explicação do ideal da elite nacional para análise de totens de civilização e nação.

Já a república velha no Brasil buscou uma paridade com o modelo do americanismo com um modelo de patrimonialismo baseado em forma de um liberalismo autoritário. Jessé de Souza em seu mais recente livro *“A guerra contra o Brasil”*, o sociólogo aborda uma questão importante que seria que a modernização e a noção de populismo em países como Brasil, não obedeceu uma ordem clara de comando por parte de novos setores industriais, como ocorrida com a ascensão da burguesia comercial na Europa e nos EUA. Citando como exemplo a elite agrária paulista e sua ligação com a formação do Partido Republicano Paulista, Jessé aborda o germe do que seria estrutura da república velha, onde a generalização do sufrágio universal e a democracia efetiva não ultrapassou 5% da real população brasileira.

Assim a noção de patrimonialismo é atualizada sob nova roupagem, 1) destina-se ao monopólio do saque ao Estado e do orçamento público, 2) a criminalização da noção de soberania popular. Isso ocorreu através da corrupção de Estado e populismo permite a caracterização do brasileiro desonesto ser apenas aquele vindo das classes populares em oposição ao protestante ascético (SOUZA, 2019).

---

3 - O sociólogo Luiz Werneck Vianna que aborda a questão da modernização conservadora, compara o estilo de vitalidade de explicação das ciências sociais no Brasil com os filósofos da Alemanha do XIX. “Tal como não se consegue entender a Alemanha do século XIX (...) sem os seus filósofos, os brasileiros têm tido acesso à compreensão de seu país pelas ciências sociais” (Luiz Werneck Vianna, “Prefácio”, *Quem Explica o Brasil*, p.15)



### 1.3) O republicanismo, o presidencialismo de coalizão e a formação da classe dos partidos políticos no Brasil

Na transição do século XIX para o século XX, houve uma intensa modificação na paisagem político e nacional, principalmente em países como o Brasil. Esse processo civilizador trouxe ambiguidades na face da própria Europa, que havia vivido seus “cem anos de paz” através do século XIX, a ideia do liberalismo econômico e sua inserção no Brasil se valeram mais de fatores literários do que exatamente políticos e sociais. A ascensão do pragmatismo da filosofia e do Direito positivo, na França e na Inglaterra, e também de uma intelligentsia romântica e nacional, em locais como a Alemanha, que conviviam com hábitos como duelos em prol de honra, na mesma época em que alguns países através de práticas reformadoras e utilitaristas começavam a estatizar a educação e das instituições penais, como na França e na Inglaterra.

Já no século XX, depois da proclamação da república em 1889, um ano após a abolição da escravidão trouxe para a política nacional até 1891 um executivo chefiado por um chefe militar, que na época era o Marechal Deodoro da Fonseca. Deflagrou-se a posteriori, outros processos de crises econômicas, como a crise inflacionária da época, a política do encilhamento. As sucessivas crises na república desde sua implementação (por via militar) em 1889, também instabilizada em 1891 (ano da promulgação da nova constituição), e em 1893, 1897 e novamente em 1904. A política do encilhamento<sup>4</sup>, com a queima dos registros antigos sobre escravidão foi um dos fatores que geraram revoltas contra o regime recém-instalado. Houve também a criação de emblemas e símbolos, como a bandeira republicana, ou a descrição de “ordem e progresso”, fruto da herança positivista de influência do movimento militar republicano.

Esse debate sobre nação e povo, desde suas origens na Europa dentro do campo simbólico no século XVIII, são tratadas por Lúcia Lippi em *“Questão nacional na Primeira República”*. O estudo proposto por Lippi envolve uma reconstituição detalhada dos fatores políticos e históricos na forma de origem das matrizes do nacionalismo. Em 1822, a Independência é declarada como forma de manter a família real portuguesa no controle da colônia ultramarina, uma forma de manter a unidade nacional nas mãos da mesma família, uma forma leve de transição, mantendo o estilo de monarquia absoluta. Essas nações teriam como intenção central o processo e a industrialização e a especialização

---

4 - A O Encilhamento foi o nome dado para a política econômica do ministro das finanças Rui Barbosa, ocorrida no governo do marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891).

dentro da inserção de cada país nas formas de organização social dentro do capitalismo internacional crescente.

O contexto político no império já tendia a um declínio gradativo, com o gasto no erário por conta da guerra. O Visconde do Rio Branco, que tinha negociado o fim da guerra no Paraguai, fora nomeado em 1871 como chefe do conselho dos ministros, implementou, mesmo no império, uma série de medidas administrativas em prol de uma “modernização conservadora”, retratada por Lúcia Lippi como “República dos Conselheiros”. A diplomacia seria defensiva, se assemelhando ao modelo alemão de unificação imposta por cima, por um gabinete Estatal <sup>5</sup>. Os Estados-nação modernos, como França e Inglaterra tentariam assentar suas democracias, enquanto países de unificação tardias, como Alemanha e Itália, seriam unificados através de uma “modernização conservadora”, orquestrada principalmente através dos Estados, com o incentivo de empresas tecnológicas estrangeiras, como as tecnologias, como da Siemens na comunicação (o telégrafo) e a implementação de cabos ultramarinos que encurtaram a distância da informação de nação para nação.

No compêndio “*História Geral da Civilização Brasileira*”, planejada por Sérgio Buarque de Holanda, em tomo referente ao “O Brasil Republicano”, analisa o período entre 1889 até 1930. O livro aborda um momento de ruptura com a lógica então vigente do chamado “liberalismo elitista”, que a partir de Prudente de Moraes e Campos Sales viram no controle civil estabilizar o governo, havendo então uma mudança nos contornos das forças sociais hegemônicas que se apossaram do poder, com diferença em relação ao estilo de poder na monarquia, antigo regime.

O crescimento acelerado das cidades e da população brasileira se deu em meio da tomada de poder por novas elites. A concentração dessa nova população urbana em grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, concentrava força de influência de comerciantes, letrados, militares diferenciados que poderiam então concentrar seu poder de influência junto ao novo país republicano. Sérgio Buarque notou que na prática política, a monarquia se distanciava das instituições parlamentares, mesmo fazendo crer que o regime era apoiado por um arcabouço partidário, poderia ser dissolvidas as câmaras locais com o pedido do monarca. Começa a aparecer a figura do “cidadão armado”.

---

<sup>5</sup> - A Alemanha e a Itália eram locais (locus memorialísticos) da Europa, que entendiam sua importância e influência através de fatores culturais: tais como a língua, a cultura, a guerra, e as tradições literárias e históricas. Antes a Alemanha era a Germânia, e a Península Itálica. Como visto nas descrições do Historiador Tácito em “A Germânia”. Porém na Itália a unificação foi tardia pela questão por influência da língua. Se falava diversos dialetos diferentes espalhados por pouca faixa territorial, o que facilitava a dominação como era feito em Nápoles, por exemplo.

A ideia proposta por Florestan Fernandes da Revolução Brasileira ser padronizada por um estilo de tomada de “revoluções dentro da ordem” faz todo sentido para mensurar o que significou na realidade o governo dos militares republicanos, que inaugurou o “uso das espadas” para fazer política. Fator que faz entender a posição do Brasil dentro da América Latina e do mundo como uma nação que começava a aplicar o estilo de governo que focava nos antigos presidentes de províncias e no federalismo, eram partidários da formação de uma oligarquia fundiária bem assentada e articulada que era a força motriz por detrás das políticas da época, mais ainda do que os militares. Na prática, era o liberalismo total de planejamento e gestão pública aplicada para um país que deixava de ser uma colônia, que tinha acabado de assinar uma lei de abolição da escravidão (1888), e que começaria a ter que lidar com a integração de seus projetos nacionais. Nada disso era planejamento dessa nova elite. Morando nos grandes centros civilizacionais da nação, no litoral e nas grandes cidades, essa elite preferiu estimular projetos de imigração e loteamento de terras para substituir a mão de obra da escravidão.

Após a publicação de Casa Grande e Senzala, as desculpas de atraso e progresso dados pelos intelectuais sociais das gerações anteriores passaram a ter que dispensar a válvula de escape da desculpa racial para explicar os problemas do Brasil. Começou então uma articulação de uma classe média e letrada, que buscava definir o tipo branco europeu, como exemplo do ascético protestante clássico como o ideal de moralidade, a transformação do escravocrata em liberal ilustrado é um dos pontos que envolve o debate das ideias políticas no Brasil. Esse extenso campo de debate, que envolve uma análise de Roberto Schwarz na introdução de seu livro *“Ao vencedor as batatas”*, onde ele aborda a questão das “ideias fora do lugar” dentro do ideário político nacional. Em discordância com ele, é que Maria Sylvia diria que as ideias estariam "em seu lugar".

Assim, o Brasil por ser um país colonial tiraria suas ideias obviamente como fruto da influência das nações europeias. Ou seja, que o Brasil está inserido no ciclo do liberalismo por ter como fonte de suas ideias a Europa. Com todas as suas contradições e opressões. A Holanda considerada um dos primeiros países aderir aos ideias liberais, teria um forte laço também de lucro com base em sistemas de expropriação como a escravidão e o colonialismo, mesmo evitando os vícios econômicos piores de Portugal e Espanha.

Assim, o liberalismo em países como o Brasil estaria dividido entre a forma de exploração colonial na forma de economia agrária, e a forma intelectual de reconhecer a metrópole como centro produtor de ideias econômicas e a colônia como seu produto imediato. Dentro desse debate algumas ideias são vocalizadas como formas de entendimento

como metrópole e a colônica, o subdesenvolvimento e desenvolvimento, o atraso e o progresso, hegemonia e dependência, e finalmente, tradicionalismo e modernização. O debate em relação ao contexto de "ideias fora do lugar" seria uma interpretação singular, que envolvendo o entendimento do romantismo literário e particularidade regionais, lograriam ao liberalismo brasileiro um carácter próprio transcendente ao europeu.

Eis uma polêmica. O texto de Roberto Schwarz, escrito em 1968, descrevia o contexto de entusiasmo do ideal liberal que era a favor do trabalho livre e contra a escravidão e a contradição de ser uma forma de "moda" das próprias elites liberais, que em países como o Brasil só poderiam ser ou de alguma maneira ter alguma envolvimento com a pulsão escravocrata. Era uma contradição e tanto para resolver. Publicado originalmente na revista *Novos Estudos*, do Cebrap, em 1973, explicaria o que seria a inserção da ideologia liberal nas elites dirigentes.

Para Sérgio Buarque de Holanda, seria uma ideia de ser "desterrado em sua própria terra". A mistura da necessidade de mão de obra escrava para nossa produção de exportação para um comércio externo seria essa contradição do liberalismo sofrido no Brasil. Mas mais do que contradição, muitos autores apontam que no próprio liberalismo clássico existiam essas contradições, ou seja, na própria Europa.

Nesse sentido é que encontramos a mudança social e deslocamento provocados após 1930 no conceito geral de democracia e cidadania. A conceito de Wanderley Guilherme dos Santos, "cidadania regulada" traria uma reflexão sobre o carácter de desvinculação dos valores políticos transformados de em forma de estratificação social através de uma hierarquia das profissões, só seria "cidadão de bem" o indivíduo em posse de cargo de legitimidade reconhecido por leis, funções e cargos (DOS SANTOS, 1979 P.75).

Por exemplo, os dois ministérios criados pelo planejamento getulista foram o Ministério da Educação e Saúde, e o moderno Ministério do Trabalho e das Indústrias, criaram estruturas vinculadas com uma forma de projeto nacional que visava para profissionalizar um povo, que em sua maioria, era semi analfabeto e não conhecia direitos sociais registrados em uma carta comum, a constituição de 1891 era uma carta liberal excludente em termos de cidadania. Esse povo trabalhador, que era rural, agora migrava para os centros urbanos em busca dos benefícios de uma nova cultura moderna de trabalho, leis e emprego, rádio e futebol. As profissões destinadas aos mais pobres eram aquelas ligadas ao ofício e a technicalidade, manutenção e outros serviços gerais através também da criação de cursos profissionalizantes. Já a elite era dona dos espaços acadêmicos, da retórica humanista e dos cargos públicos.

Dentro do Brasil e da América Latina, a discussão de esfera política objetiva ser sinal imediato de mudança no horizonte de poder econômico e social, por conta disso é que se analisa o cunho populista de algum governo específico, dentro de uma estrutura material correspondente. Nos tempos modernos, também se torna necessário avaliar que dos anos de 1990 para cá, surgiram doutrinas como a do “fim da história”, que ressaltavam o poderio final e triunfante das democracias ocidentais e liberais, em oposição a dissolução do bloco soviético.

Sendo estes problemas recentes do estudo sobre elites. Entre o homem médio Brasileiro de Sérgio Buarque e o “jeitinho brasileiro” da Roberto da Matta, os tipos ideias de nação e de indivíduo condicionam visões sobre certas classes sociais que assim são taxadas de “aproveitadoras” e parasitárias. A questão que está confusa nessa ideia de Jesse de Souza, é que ele posiciona o conceito de liberalismo crítico ao populismo como uma noção que começou em 1930. De maneira paradoxal, acusa Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” de elaborar o pensamento dualista, utilizado tanto do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), quanto do Partido dos Trabalhadores (PT). A crítica ao populismo acaba virando crítica ao trabalhismo.

O que podemos analisar é o carácter de desqualificação das formações políticas, sem explicações pormenores do que seria exatamente o populismo em sua gênese e como ele foi apropriado na história, principalmente analisando e a América Latina, que com seu passado de dominação colonial, começou sua trajetória política com independência das antigas províncias espanholas, mas que ao mesmo tempo, fez ascender a classe política dos filhos de Espanhóis nascidos na América, que fariam processos de emancipação e deixaram um legado que mais tarde, geraria uma série de repúblicas no século XIX, inspiradas no movimento iluminista, em volta de um grande império: o Brasil. Fator decisório para definir o alinhamento internacional do Brasil em conflitos na América Latina como a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai.

O eixo se dá primeiramente nas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade de inspiração francesa e no iluminismo, a Revolução de São Domingos(Haiti), sendo o primeiro local a proclamar uma independência.

A tradição política brasileira sempre envolveu sucessivas e bruscas interferências e modificações. Processos que envolveram golpes militares, golpes cívicos militares. A cisão civil do regime pode parecer ao ouvido alheio como uma justificativa pró mudança de regime. Mas muito mais do que isso, é uma visão gramscianiana da estrutura das mudanças

dos eixos de poder.

No livro de René Dreyfuss: *1964 – A Conquista do Estado*, resultado de uma pesquisa realizada entre 1976 e 1980, o que podemos pensar dessa pesquisa é o fator de influência ideológica de alguns institutos como o IPES e o IBAD, que trabalhavam para disseminar uma opinião anti esquerda. Em termos de sociologia, esses institutos pareciam combater a ideia de integração e desenvolvimento do Projeto Unesco e de projetos como o ISEB(Instituto Superior de Estudos Brasileiro), que era vinculado ao ministério da Educação e Cultura. Era considerado órgão ideológico pela direita, ou uma “fábrica de ideologias”, e projetos como o IPES e IBAD, fomentados com patrocínio estrangeiros, buscavam acabar com as influências desenvolvimentistas de locais como o ISEB.

Em 1979, houve uma reforma partidária que modificou a fórmula do bipartidarismo da ditadura, que tinha ocorrido através de atos institucionais, que acabaram com todos os partidos antigos. Nessa reforma, foi refundado o PTB, criado o PDT, o PT. Seria a transição democrática ao estilo da chamada “ditabranda” , através da figura de Golbery, a transição capitaneada também por parte da imprensa que outrora apoiara o regime, seria a “lenda, gradual e segura”. Depois disso, a república seria “refundada” através da posse de Sarney depois da morte de Tancredo Neves, que tinha sido eleito em votação indireta , o período foi chamado de “Nova República”. A hiperinflação assolava o bolso dos brasileiros

A ideia de populismo de classe média evidenciado pelos movimentos como o janismo (Jânio Quadros), lacerdismo (Carlos Lacerda) e ademarismo (Ademar de Barros) evidenciavam um descontentamento com as políticas inflacionárias provenientes do governo Juscelino Kubitschek. Alguns grupos apelavam para a bandeira anticorrupção, outros para a aliança pró Estados Unidos e outros para a moralidade religiosa. A resposta vem possivelmente ao analisar a história do sistema político no Brasil. Para efetuar tal análise, é necessário observar o golpe de 1964. Quando ocorreu a destituição de um presidente democraticamente eleito e a implementação de uma junta de governo militar, o modelo de partidos políticos era o pluripartidarismo, existiam ao todo 13 partidos políticos disputando o voto no Brasil. Dentre eles o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), criado de dentro do ministério do trabalho, o PSB (Partido Socialista Brasileiro) que englobava os setores de esquerda da elite pensante, o PSD (Partido Social Democrático), composto basicamente por setores ligados ao funcionalismo público e o partido da direita Brasileira: a UDN (União

Democrática Nacional).

Quando ocorreu a mudança institucional promulgada em forma do Ato Institucional nº 2( em 27 de out. de 1965), o país imitava assim os Estados Unidos e passava a ter apenas dois partidos permitidos dentro do congresso nacional: a ARENA (partido do governo) dos generais "linha dura" e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da oposição consentida ao regime, extinguindo de vez a possibilidade de eleições presidenciais em 1966. Apenas em 1980, no governo Figueiredo, que ocorreu uma forma de abertura partidária através de uma reforma que pôs fim ao regime bipartidário. Quando foi fundado em 21 de Janeiro de 1980, o PDS reunia aqueles que representavam o governo federal, só que com um novo nome, simbolizando o liberalismo econômico e o conservadorismo social, era a forma da ditadura manter seus quadros ideológicos e políticos durante o período de "transição". Acabou se extinguindo em 1993, se fundindo ao PDC (Partido Democrata Cristão), para assim criar o PPR (Partido Progressista Reformador), gênese direta do que viria a ser o PP depois (Partido Progressista) em 2003. A tática do general Golbery do Couto e Silva na reforma era dividir a força do MDB, imaginando que Leonel Brizola refundaria o PTB. Outra exigência da reforma era que os partidos tinham que incluir "partido" no nome. O antigo ARENA(Aliança Renovadora Nacional) tenta manter seu domínio e aí é criado o PDS, avô quase que literalmente dos políticos do DEM (Democratas).

Já em 1985, é criado o PFL (Partido da Frente Liberal). O interessante da intenção dessas agremiações era colocar os partidos políticos mais conservadores com nomes progressistas, para sugerir uma forma de apelo, por exemplo ao progressivismo, que tradicionalmente é associado à esquerda. As contradições são inúmeras se comparamos propostas políticas, líderes de opinião e realidade institucional. O racha do PDS com a política da ditadura se deu através de ACM (Antônio Carlos Magalhães) que resolveu ir na contramão do situacionismo e apoiar Tancredo Neves e não Paulo Maluf, em nome do combate a corrupção. Antônio Carlos Magalhães foi um nome forte ligado aos militares. Tinha sido membro do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFBA (Universidade Federal da Bahia).

Foi filiado a UDN, ao ARENA, PDS e depois terminou a vida no PFL. Durante sua vida, conheceu e sentou-se a mesa com Fidel Castro, evidenciando a contradição que pode ter dado origem aos novos "ares" dos caciques políticos tradicionais desses partidos. Também era dono de diversas emissoras e por isso era um nome de peso na área da comunicação, sendo depois ministro das comunicações. Esse núcleo duro dos avôs políticos

do DEM, começou a se distinguir na disputa de dentro da própria ditadura militar dos que eram "linha dura" (desenvolvimentista). Vinculados com o chamado "milagre econômico", de Médici e Geisel, conhecido como "anos de chumbo". A contradição aqui é que associamos desenvolvimento nacional com as esquerdas, mas a linha branda, a chamada "ditabranda" como no governo do General Figueiredo representada por políticos como ACM eram os políticos que eram pró privatização do estado e do liberalismo. Políticos como Mário Henrique Simonsen, Delfim Neto e Roberto Campos, ou mesmo os endinheirados como Olavo Setúbal eram quadros do ARENA que ajudaram na formulação e tiveram papel importante na marca do partido.



## 2) O Conceito de Populismo e as Ciências Sociais:

São várias formas de abordagem. Já para autores mais recentes como Jan-werner Müller, que aborda em seu livro *“What is populism?”* algumas distensões sobre o conceito de populismo enquanto ideia de representação política e identitária, não acreditando em uma forte presença de ideias anti establishment por parte de líderes como Donald Trump, observando que esse tipo de política possui apoio de elites do sistema na realidade. Em sua introdução, pergunta: “É todo mundo populista?” ao descrever uma série de eventos de eleição, tomada de poder, coalizões políticas tanto de esquerda, quanto de direita, chega a conclusão, que praticamente todos eram taxados de populista.

De Trump a Bolsonaro, passando por também Lula e Dilma, muitos foram analisados enquanto populistas. A pergunta de Jam Werner Müller parece fazer sentido. A volta dos conservadores através de figuras da direita centralista ocorreu no Peru, no Equador, no Chile e na Colômbia, além do próprio Brasil. Assim, autores como Kasin e Frank buscam também nos conhecidos “liberais americanos” algumas emergências de populismo em forma de retórica, formação de grupos políticos heterogêneos e antagônicos e na representação desses ditos grupos por associações como sindicatos.

Dentro de uma análise constitutiva do século XX, o populismo no Brasil possuiria uma definição com o fechamento de 1946 e seria conhecido como “República Liberal Populista (1945-1964)”, o período de governo de Eurico Gaspar Dutra. Nos tempos atuais, as retóricas anti sistema estão relacionadas com uma estilo de se fazer política onde se nega a política, os políticos atuais para se eleger, que se vendem como gestores e não como políticos, se utilizaram de retóricas que reduziam o estado a uma função parasitária e não funcional, pregando por sua privatização. Como também fez Fernando Collor, primeiro presidente eleito por ampla maioria do voto depois do período da ditadura militar.

Em termos de recortes temporais, utilizo de um autor chamado Federick Finchelstein, que escreve na editora da Universidade da Califórnia, que separa em três (3) momentos os estilos de qualificação que no estrangeiro relegam ao estudo do populismo na América Latina, ele desenvolve um quadro com as variações nos termos e tipos de análise. As qualificações do autor denotam uma certa distância efetiva dos debates mais atuais de populismo. Sendo um exemplo clássico do estilo de preconceito latente ao se analisar história Latino Americana e a retórica do populismo.

Por isso é importante também se abrir para a possibilidade de revisão e crítica dos conceitos “clássicos”, que por parte de uma leva de intelectuais estrangeiros que escrevem em inglês parecem querer qualificar e apontar fases que de tão “historicizáveis”, como uma análise do autor de que o Podemos na Espanha seria de “esquerda”, acabam como categorias acabadas e reduzidas em si mesmas por se dizerem exatas, sendo então, sua importância meramente opinativa e exemplificativa. Apesar de não ser uma qualificação ipse fact, mas apenas mais janela interpretativa que podemos usar para ver como “nos veem”.

1) Populismo Clássico: que apontam como Peronismo e o Varguismo durante os anos de 1940-50. Gaitanismo na Colômbia (fim dos anos de 1940), e José María Velasco Ibarra no Equador (entre 1930 até 1970), como também o período de pós guerra e experiências na Venezuela, Peru e Bolívia.

2) Populismo neoliberal: ao exemplo de Carlos Menem na Argentina (1989-99), Fernando Collor de Melo no Brasil (1989-92), Abdalá Bucaram no Equador, Fujimori no Peru (1990-2000).

3) Populismo neoclássico de esquerda: Os Kirchner, (2003-15), Hugo Chávez (1999-2013), Nicolás Maduro (desde 2013). Rafael Correa no Equador (2007-17), Evo Morales (2006) na Bolívia..

A ideia de que o populismo é uma matriz que se espalha para várias áreas, tanto de esquerda, quanto direita parecer ser a mais abordada na ciência política. Porém, a realidade é que a abordagem e categorização do estilo de política de governos ditos progressistas é que normalmente levam a alcunha de populista. O populismo clássico é uma análise do cognitivo e dos fatores majoritariamente políticos. A diferenciação clássica seria a do populismo econômico e do populismo político. A relação entre desenvolvimento (políticas de desenvolvimento nacional) e populismo normalmente é feita na história do Brasil.

Sobre isso, podemos argumentar com a opinião de Carlos de La Torre, Professor de sociologia da Universidade da Flórida, de que a retórica dos estudos sobre populismo normalmente se direcionam a determinar uma descrição pessimista do arquipélago institucional democrático latino.

Observando sobre o “perigo” do populismo. Mesmo os chamados “populistas” por

certa parte da crítica, governantes como Rafael Correa, ou Evo Morales representarem uma faceta de inovação na alternância de poder de locais, muitas das vezes hegemonzados pela elite. Em diversas obras, esse autor versa sobre o carácter de ligação entre a ideologia nas democracias liberais e a lição de que o populismo poderia ser o apresso ao arcabouço burocrático e idealizado de certa sociedade. Em termos de classes sociais, populismo pode também ser visto como a participação de excluídos, não brancos e mais pobres dos processos políticos.

Em *Populism y Democracia*, traça um paralelo entre a autoritarismo e democracia, desconfiando das abordagens que retratam populismo como uma força “espiritual” de carisma do líder para com a massa que em tese manipula, o que faz com que certo perfil acadêmico desconfie do populismo dentro da democracia por este desejar uma forma de unicidade por parte do povo em termos de identidade, o que ignoraria o carácter múltiplo, plural das sociedades modernas. Outros autores, diferentemente, veem o populismo como parte inerente do processo democrático. Como também seu livro *Populism seduction in latin american, The Ecuadorian Experience (2000)*, traça que populismo pode ser analisado dentro das categorias analíticas de política, como a liberal democracia, ou dentro da tradição marxista como uma forma de filosofia da história elaborada através das teorias de evolução de estilo etapista.

Dentro das formas de políticas de mobilização das chamadas “massas atrasadas”, manipuladas por demagogia e por líderes “carismáticos”. Pode ser uma forma de movimento social com a classe média em ascensão, assentado na promessa de um líder popular e de classe.

Historicamente, a fase que dependente região capitalista da América Latina ocupa no palco da transição para a modernidade é que políticas de redistribuição, nacionalismo e inclusão através do Estado contrastavam com o passado de subserviência e exclusão das políticas antigas oligárquicas que beneficiavam o capital estrangeiro, a concentração de recursos e o autoritarismo para reprimir os levantes populares. O que nos levaria para a terceira forma de interpretação do populismo moderno, como impossibilidade de políticas de estratégia de desenvolvimento que enfoquem no crescimento e na renda, como também na distribuição através de pesada influência do Estado, o que geraria riscos de alta inflação, deficit financeiro. Pode também ser visto como um tipo de discurso político que divide a sociedade em campos antagônicos, das pessoas (o povo) em contraste com a oligarquia (elite). Na última análise, já contando com a questão do “neopopulismo”, é caracterizado na

sociedade latina um papel central dos Estados em busca de uma integração regional, com o Mercosul, por exemplo, sendo uma versão latina do estilo de política transversal da União Europeia, por exemplo. Isso ocorreria como parte de um plano de integração de identidades regionais em torno de uma ideia de desenvolvimento econômico. (DE LA TORRE, Carlos)

O Professor de economia Pedro Cezar Dutra Fonseca, em artigo publicado em 2011, em uma revista de economia política, aborda o seguinte tema: “O mito do populismo econômico e Vargas”. Professor da UFRGS de economia, ele sugere que na verdade, no segundo governo Vargas, que dura de 1951, até 1954, tiveram políticas foram no máximo de populismo político pelo alto grau de convulsão política que os anos 1950 testemunharam, até o próprio suicídio de Vargas. Esse personalismo confundiu as análises do substancial ligada ao que foi desenvolvido como políticas sérias de longo prazo e desenvolvimento nacional com o carácter mítico, ou mitológico de uma figura como Getúlio Vargas.

Diferentemente de tradicionais abordagens como a de Francisco Weffort ou Bolívar Lamounier; Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Octávio Ianni entendem que na verdade ocorreu uma forma de evolução das etapas de entendimento cognitivo de massas que começavam a se assalariar e cobrar direitos correspondentes, assim desvinculam a análise do populismo político com a figura de Getúlio Vargas.

Já segundo Armando Boito, em seu livro: *“O Golpe de 1954: A Burguesia contra o populismo(1984)”* a visão do conflito e do desgaste da possibilidade de coalização de classes, é interrompida entre 1953-54, quando ocorre um racha entre uma burguesia interessada em atrair capitais estrangeiros para o desenvolvimento, e a elite industrial que se alimentava do arquipélago público e dos projetos de estruturação estatais.

Getúlio Vargas e principalmente seu segundo governo, seriam então a expressão de abandono de um populismo clássico oligárquico antigo baseado no clientelismo e no trabalho não assalariado, para uma espécie de populismo político mediador de uma identidade intermediária burguesa de conciliação e formação de uma cultura cívica ligada ao trabalho. Na verdade, a teoria de Octávio Ianni de colapso do populismo seria analisar a falha dos processos de democratização ligados a políticas no campo, que na prática não conseguiam manter os direitos iguais aos do contexto urbano das cidades. Mas não econômico. Também no Brasil, o estudo de Angela de Castro Gomes: “A Invenção do Trabalhismo” aborda uma apropriação dos estudos sobre o contexto do trabalhismo e como esses estudos normalmente confundem e qualificam de populista todas as reivindicações trabalhistas históricas. A ideia do estilo teórico do estudo de Gomes é vem do clássico de

E.P. Thompson *“The Making of the English Working Class”*, que é traduzido, na verdade, como “A Formação da Classe Operária Inglesa” A ideia é que esses tipos de estudo abrange mais a ideia de genealogia, de formação. No capítulo IV, a autora discute as principais relações cabíveis de entendimento que se pode extrair das alterações e movimentos ocorridos após 1930. A ideia da antropologia registrada no livro de Marcel Mauss *“Ensaio sobre a Dádiva”*, é a forma mais metafórica de apresentar essa ideia, mesmo sendo sociedade extremamente diferentes. A lógica sindical legal seria do “quem tem ofício, tem benefício”, ou seja uma noção de que o status e mobilidade do indivíduo estava atrelada com a reciprocidade e aderência ao regime político, pela primeira vez na história. Seria isso, e não exatamente “populismo” o carácter do período que corresponde de 1930 até os anos de 1950, quando Getúlio volta sob a égide do voto. O desenvolvimento seria agora “de baixo para cima”, da prática para a teoria, era a ideologia da época. Isso contradiz com o que podemos observar que é chamado ao se referir ao surgimento do trabalhismo que é a “ideologia da outorga”. Dentro do regime presidencialista, onde o presidente prepondera em relação ao legislativo, o que é observado com o fechamento de 1937 e o começo do período onde realmente se implementou o arquipélago de projeto nacional do trabalhismo, coincidentemente, na história, é considerado como um período de ditadura, é o “Estado Novo” (GOMES, 2005).

Na época, em relação da formação da governos como o de tipo republicano em um país milenar como a China, ou em voga mesmo em regimes totalitários, mesmo que a intenção tenha sido diferente, a China que começou sua revolução no centro, através da Revolução Cultural de Mao Tsé Tung evoluiu para uma mudança brusca, mas no período de Getúlio Vargas no Brasil, existia uma paridade com o modelo de república que após a Revolução dos Boxes passou a ser dominada por uma política de centro e nacionalista, encabeçada pelo partido Kuomintang. A Revolução de 1930 era uma resposta ao liberalismo desenfreado e militarizante que teria “cortado” o desenvolvimento da grande fazenda. Ou seja, algumas correntes eram apologistas de que 1930 retomara o desenvolvimento do Brasil enquanto “grande nação”, e que isso seria um projeto dos tempos monárquicos.

O populismo típico da direita seria o populismo cambial com paridade com alguma âncora ligada ao sistema-mundo financeiro, como o próprio dólar, como abordado por Bresser-pereira. Já o populismo salarial seria uma vertente usual dos governantes de esquerda que aumenta sem controle de orçamento e preocupação com a inflação a demanda de consumo e a renda de maneira abrupta. Dentro das perspectivas econômicas, ou se erra

pela falta ou pelo excesso. A falta sendo um traço direitista, e o excesso um traço esquerdista. Uma outra contradição demonstrada em outro texto de Pedro Fonseca, “Nem populismo, nem ortodoxia, o segundo governo Vargas e a economia brasileira” sobre o segundo governo Vargas e o desenvolvimento nacional naquele período do fim dos anos de 1940, para o início da década de 1950.

A contradição estava presente na concepção de populismo estritamente político que faz as mentes se ocuparem com ideias como a do *queremismo*<sup>6</sup>, e esquecem da análise econômica da sociedade em termos financeiros. Começou no governo Dutra uma espécie de administração política dos problemas fiscais, esse estilo de intervenção na SUMOC (superintendência da moeda e do crédito) vigorou até Jânio Quadros. Como Dutra era militar, conservador, gostava, por exemplo, dos regimes nazi-fascistas, seu governo também declarou ilegalidade do Partido Comunista (PCB), e apesar disso, entrou para o registro histórico, como um período “liberal”, talvez por ter implementado medidas como o congelamento do salário-mínimo durante todo seu governo.

Quando pensamos em ciências sociais, formas de governo e legitimações históricas, esse conceito muito amplamente difundido nos estudos estrangeiros sobre a América Latina, como também é tema de grandes definições em termos de ciência política e relações internacionais, da terminologia tradicional do conceito que se define como “populismo clássico”, ao chamado “neopopulismo”, temos em mente a caracterização de movimentos imaginários ideais como a tomada da Bastilha, a Comuna de Paris, e a Inconfidência Mineira, ou mesmo a Revolução Russa, fatores históricos dentro do debate do populismo clássico (século XIX) como a análise de atores políticos como Ademar de Barros, como também análises históricas feitas por autores, especialmente desde 1970 abordando a formação nacional oligárquica das elites.

As rebeliões tanto regionais, quanto as rebeliões esporádicas feitas pelo povo e pelos escravizados, e posteriormente, a formação de uma tradição de resistência vista na lembrança de certos movimentos com certo sentido de renovação. Assim é inserido o debate atual, com o chamado neopopulismo.

Conceitos antigos como o patrimonialismo, mandonismo, coronelismo, massa, povo e democracia passam a não dar conta para definir contradições de classe e conjunturas

---

<sup>6</sup> - Movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome "queremismo" se originou do slogan utilizado pelo movimento: "Queremos Getúlio". Assim como a famosa marchinha de carnaval: “bota o retrato do velho outra vez” da campanha de 1950.

políticas, parte do tipo de estudo de definição de populismo, sendo misturados no meandro de análise, sendo conceitos que normalmente entrelaçam os debates sobre populismo e democracia. Na Argentina, por exemplo, havia uma definição de povo enquanto “descamisados”, na revolução francesa, os “sans culotte” eram apelidados pelos aristocratas como “sem culote”, ou seja, sem calça, que era um adereço utilizado para diferenciar os aristocratas do povo mais humilde. Os estudos de cunho sociológico, como de Octávio Ianni, abordam os paradigmas expostos pelas contradições de classe e as “condições de comparação internacional”, como analisar Cárdenas no México e Perón na Argentina.

O próprio modelo escravocrata se definia com base no paradigma liberal, então também por isso, que será abordado aqui as contradições da concepção liberal em relação ao estudo do populismo. Esse carácter de “artificialismo” econômico estaria no cerne das explicações da falta de desenvolvimento no Brasil. Assim envolvendo os principais debates do mundo contemporâneo, como sobre temas como trabalhismo (emprego e subemprego), o sindicalismo (corporativismo) e o populismo. O “establishment” seria o resultado desse período de planificações nacionais e progressistas que geraram na América latina, economias nacionais fortes. O exemplo de uma agência que capitaneava esse tipo de ligação do Brasil, com a América Latina e também com parcela do mundo ocidental eram os estudos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (FURTADO, 2007).

São expressos no livro *“Sociologia da Sociologia Latino Americana (1989)”*, capítulo IV, uma elaboração de uma descrição de quatro teses básicas sobre o Desenvolvimentismo brasileiro, a primeira é: 1) “Desenvolvimento e História”, sendo uma corrente esta guiada pelas noções clássicas de historiografia em relação a temporalidades e crises. A referência são os processos de *aceleração histórica*, ou apenas de crítica que gera a crise.

Essas condições são movimentadas através da possibilidade de mudança de regime político. A segunda hipótese de Desenvolvimento em relação a América Latina que é a mais comum é a tese da 2) “Estabilidade e Mudança”, que enfoca nas possibilidades de crescimento e desenvolvimento, levantando questões sociais esquecidas, mecanismos implícitos de dominação e vícios econômicos que travam ou guiam cegamente as gestões. É a ideia do “ciclo de Kondratiev<sup>7</sup>” que pode alterar o crescimento e a perspectiva de economia nos países.

---

7 - A ideia do ciclo de “Kondratiev”, foi desenvolvida por Nicolai Kondratiev, se baseia na premissa de movimentação de um período de duração determinada de cerca de (40 a 60 anos), que corresponde aproximadamente ao retorno de um mesmo fenômeno.

A terceira visão 3) seria: do aspecto Econômico e Político, onde a influência seria a economia política Inglesa para aferir legitimidade ou não ao regime político vigente. Portanto essa é a teoria mais criticada segunda a visão de Octávio Ianni, que busca esclarecer que seria uma leitura mais fiel a Adam Smith e a Schumpeter e Sombart. Vendo então no valor político e ideológico a composição de classes sociais e conflitos dentro das disputas políticas. (IANNI, 1976, P.85).

Para os meios políticos, populismo simboliza a possibilidade de acusação de intenção entre o governo, os eleitores e o povo que compõe genericamente o país. Se no campo da economia o objetivo era substituir as importações, na educação, o objetivo era a criação de indivíduos 'aptos ao trabalho' e também ao voto. O contexto se caracterizava no aumento das políticas de educação de massas e de nacionalismo ao redor do mundo. Nos anos de 1920 era planificada uma educação mais abrangente. Ascenderam como campo de disputa e análise do social *elementos como: povo, massa, público, guerras, ditaduras e democracia.*

A crise de 1929 para Celso Furtado, como visto em “**Formação Econômica do Brasil (2008)**”, essa crise despertou uma queda nos subsídios estatais para grandes proprietários de café. A economia de exportação de café, pela primeira vez, queimou suas sacas para estancar seus coeficientes inflacionários. A teoria de Desenvolvimentismo aqui visa apelas para uma propaganda de nacional estatismo, como visto na teoria Desenvolvimentista da *substituição de importações*. O populismo norte-americano já seria ligado a uma crença no establishment e na democracia representativa baseada no modelo federalista. Nessa perspectiva de analisar populismo e ciência social, Angela de Castro Gomes em “**O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil**” faz algumas anotações de filiações e de certas trajetórias desse conceito através da análise de política de alguns segmentos, por exemplo o livro: *Que é o Ademarismo?*, publicado em 1954 foi uma das primeiras abordagens escritas no Brasil.

O debate sobre populismo engloba diversos ângulos. Ou debatemos o termo clássico e seu surgimento como reflexos do final do século XX enquanto “populismo clássico” com suas imagens e identidades nacionais como Aprismo, Indigenismo, ou Progressismo; ou analisamos o século XX e a questão da crítica liberal aos movimentos de massa e a progressiva conquista de direitos dos trabalhadores. As modificações na da produção do trabalho implicaram em diversos êxodos em prol de projetos regionais específicos. Junto com a imigração europeia e a nova gama de oferta de trabalhadores livres no período pós abolição trouxeram debates sobre a qualificação do trabalho.



Diferente do que se pensa, os imigrantes não eram a mão de obra específica e apropriada ao tipo de produção e trabalho brasileiro, sendo sua estada no Brasil mediada por tentativas de embranquecimento racial e não qualificação técnica. Observando o viés histórico, 1930 não é o começo de todas as lutas coletivas, mas sim uma utilização de alguns casos de jurisprudência de benefícios de classe através dos antigos sindicatos autônomos. A novidade é a criação de órgãos para judiciais, órgãos de conciliação trabalhistas, que funcionavam de dentro do Ministério do Trabalho (recentemente extinto). Já em 1937 com o Estado Novo, é feito ao mesmo tempo a consolidação das Leis de Trabalho, se proíbe a greve, porém é instituído o salário-mínimo. Em “A invenção do Trabalhismo”, (GOMES, 2005) demonstra uma ideia de identidade diferente daquela que julga o regime e as conquistas como um processo só, como apenas de populismo.

No campo do trabalho a perspectiva de avanços e lutas é marcada por conquistas do ramo do Direito Coletivo, de reivindicações coletivas. Em 1919 eclodiram greves e agitações operárias nos grandes centros do Brasil. Em janeiro deste ano, é o decreto Elói Chaves<sup>8</sup>, que regulou o recebimento de acidentes de trabalho, que instituiu as caixas de aposentadoria e pensões dos ferroviários. Em abril do mesmo ano é criado o Conselho Nacional do Trabalho.

Ainda assim, duas leis importantes foram introduzidas na segunda metade dos anos 20: a Lei de Férias (1925) e a Lei de Regulamentação do Trabalho de Menores (1926/27). A primeira visava a obrigar os empresários a concederem 15 dias de férias a seus empregados, sem prejuízo do ordenado, mas foi sistematicamente desrespeitada. Já o “Código do Menor” estipulava a maioria a partir dos 18 anos e propunha uma jornada de trabalho de seis horas. Ao contrário da Lei de Férias, enfrentou uma reação apenas parcial, com relação aos limites de idade (de 14 anos) e ao horário de trabalho estipulados.

O período posterior a 1930 inaugura o tratamento entre patrões e empregados e também passa a tratar o trabalho como parte de um direito individual. O direito coletivo referencia uma relação de classes mais do que uma noção de indivíduo e autonomia. A proteção trabalhista do Estado então é feita na seleção de casos privados. Porém é necessário ressaltar que o trabalho como direito coletivo é resguardado através de uma noção de

---

<sup>8</sup> - A Lei Eloy Chaves, publicada em 24 de janeiro de 1923, consolidou para o futuro sistema previdenciário brasileiro, tendo como batismo a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões (o caps) para os ferroviários. Após a promulgação desta lei, outras empresas foram beneficiadas e seus empregados também passaram a ser segurados da Previdência Social.

tutelar, e sua regulação é uma interferência do Estado nas relações entre o patrão e o empregado.

A vocação do direito moderno é uma vocação para marcos reivindicativos coletivos. Porém uma contradição é apresentada no âmago do problema. Se o direito moderno regula classes de trabalhadores como um todo, as demandas de direito coletivo somente podem ser implementadas em forma total para o regime de trabalho que se insere sob o controle do próprio Estado. Então os benefícios do direito coletivo só podem ser mantidas em relação a uma conjuntura política de um governo específico.\_

Na Argentina, Juan Domingo Perón fora antes de presidente, secretário sindical e de políticas de trabalho. Em 1945, foi preso e logo em seguida libertado por vontade popular. Foi candidato pelo Partido Laborista e assumiu a presidência em 1946. Com o tempo ganhou o respeito dos setores dos “descamisados”, acelerou algumas estatizações e políticas de proteção ao emprego e renda, quebrando também a autonomia dos sindicatos. Pode-se dizer que as políticas em ambos locais eram sobre fugir tanto ao modelo socialista, como do modelo capitalista.

## **2.1) A Inteorização e o regionalismo**

O Brasil em sua formação inicial econômica, computava um vazio estrutural para a economia pecuária, com por exemplo, a exportação de couro para Mato Grosso ou mesmo Rio Grande. Até o século XIX no Brasil as taxas de renda e emprego da população eram condicentes com a de um país sem indústria.

A renda média da economia seria um dado difícil de definir. Em dados momentos, se estabelece muito alta em certa região, o que ocultaria alguns bolsões de miséria e pobreza, e quanto maiores esse índice em certa época, maiorias as predisposições para quedas posteriores, como a cana-de-açúcar e as “drogas do sertão” no nordeste, o ciclo em Minas do escoamento do ouro e outros minérios ou o café no Vale do Paraíba no Rio de Janeiro. A exportação de ouro por volta de 1760, na época de apogeu da economia mineira, caindo posteriormente a quantia de 2,5 milhões de libras, diminuindo para 1 milhão em 1780. Em oposição a isso, nota-se também que apenas 300 mil pessoas eram “livres” moradores da capitania. (FURTADO, 2006)

Nos anos de 1940/50, ocorreram uma série de mudanças na estrutura e na reorganização da economia. Assim, podemos deduzir que é criado uma forma de antagonismo entre o campo e a cidade, sociedade agrária e a sociedade industrial. Muda a forma pela qual é realizada através da repartição de capital, a circulação de trabalhadores, como também a inovação nas técnicas de produção e acesso aos instrumentos de poder. Ou seja, é observável a complementariedade inerente a organização econômica. Celso Furtado em “Formação Econômica do Brasil” aborda uma descrição de uma espécie de história da riqueza e acumulações regionais nacionais.

Em Minas ocorreu uma maior intensidade do mercado interno, já no nordeste, as relações de renda e emprego ainda eram escassas dentro de uma perspectiva moderna. Logo, o próprio governo investia em esquemas de melhorias e também em obras, isso até a criação da SUDENE. O governo central do Brasil depois de observar uma queda na arrecadação dos impostos teve que enfrentar uma economia fraca, por diversas vezes encontrou certa escassez de recursos, assim, vê sua autoridade reduzir com a irrupção de diversos conflitos regionais, no sul, na Bahia, em Pernambuco, Maranhão, também nas províncias do norte, é um clima de insatisfação geral.

Já no século XIX, o nível da renda dos brasileiros é estimulada por aumento das exportações. A forte oferta dos produtos manufaturados Ingleses no Brasil acostudou o não desenvolvimento de uma indústria nacional de tecidos. O que incapacitou o país para essa primeira revolução industrial em curso na Europa da mesma época. Nosso papel era de

meros consumidores. Entre 1820 1840, com a desvalorização dos nossos produtos frente aos ativos financeiros internacionais, o valor de desvalorização da renda total produzida pelas exportações foi de quase 40%. Em 1850, as atividades que ocorriam eram ligadas aos serviços nos centros urbanos e a população Brasileira girava em torno de 7 milhões, com 2 milhões de escravos. A renda per capita sendo de 2 libras por cabeça, chegando na virada do século a ser apenas 1 libra.

A ideia presente do livro *“O Colapso do Populismo na América Latina (1968)”* é observar um carácter ora progressivo da história política nacional, ora autoritário. Esse colapso seria parte de um grande ciclo de transformações que o mundo contemporâneo presenciou, a primeira seria a própria crise gerada na ditadura militar depois de sucessivas tentativas de desenvolvimento nacional e o “sentido das crises” evidenciadas por rupturas estruturais de menor ou maior ordem. O mundo pós Segunda Grande guerra teria segundo Ianni, passado por três grandes ciclos econômico, o primeiro deles sendo o ciclo exportador, o segundo o ciclo de substituição de importações, o terceiro uma forma de economia associativa (IANNI, 1971).

Alguns argumentos do porquê isto ocorreu: 1) na ruptura e recomposição sucessiva alternadamente das relações políticas com a sociedade tradicional e os ditos “sistemas externos”, 2) a frustração das tentativas de implantação de um modelo de desenvolvimento econômico autônomo, 3) a combinação dos modelos exportadores, substituição e associado, ou internacionalista dentro de um sistema heterogêneo e contraditório, 4) a participação crescente do estado no comando do processo econômico, 5) a transformação da região centro-sul (com centro específicos em locais como Espírito Santo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo como núcleos hegemônicos na economia nacional, 6) a formação de movimentos de massa (IANNI, 1971).

A contradição presente na pauta da reforma agrária como técnica de socialização da produção é que quando o trabalho rural para em certa medida, começa a ser contemplado pela CLT, as relações do campo que podiam antes ser trocas diretas, ou de favores e objetos, passam com o tempo a serem substituídas pelo salário e emprego. A contradição está inserida na questão da reivindicação, primeiramente em forma de ideologia revolucionária, mas ao se converter em pequenos proprietários, o que contradiz o modelo de produção rural no Brasil, que em sua maioria se orienta através do arcaísmo e do tradicionalismo.

A contradição é que quando ocorre o vínculo de propriedade por parte dos pequenos proprietários, o que Octávio Ianni descreve é um processo de permanência da tradição entre a sociedade industrial e o rural, que gestaram núcleos de cidadelas intermediárias que contraditoriamente detinham grande poder burocrático e institucional. Essa organização foi estudada por pesquisas como a de Maria Odila Leite, em sua obra “a interiorização da metrópole” descreve o surgimento dessa prática como resquício do debate sobre a penetração de ideias iluministas no bojo de formação das instituições datando do século XVIII, esse “mandonismo” local de juizes de paz, encomendadores e o começo de formação do corpo de funcionários públicos, Octávio Ianni utiliza o exemplo da região nordeste e seu peculiar desenvolvimento resiliente em relação as mudanças da capital.

Já Maria Odila e Ilmar Mattos utilizam uma forma de análise sobre o liberalismo através de ângulos similares olhando a questão da autonomia e independência das relações políticas. Ilmar Mattos em “*O Tempo Saquarema*” expõe também essa contradição do aparato institucional e político Brasileiro. Por exemplo, a região do Vale do Paraíba, no sul fluminense, com cidades como Vassouras, Campos, Saquarema, Barra do Piraí, com seus barões e seu poderio dentro do ciclo do café inicialmente como locus identitário dessa prática da intensificação dessa lógica no século XIX.

Dentro da teoria da globalização abarca o entendimento que às vezes o carácter distante do progresso de algumas regiões não significa necessariamente de imediato através de uma análise mais estética em uma forma de atraso. Isso do setor agrário não deve ser indicativo da ausência de progresso. A atração das massas para as cidades, por exemplo, não é indicativo unilateral de atração do campo em relação a cidade. Significa todo um arcabouço de inovações e condições técnicas em algumas regiões agrícolas através da utilização da racionalização da cultura e da mecanização do trabalho agrícola (IANNI,1971).

## 2.2) Ideologia e Populismo

---

Muito ardor e debate têm provocado a inserção da América Latina no cenário político moderno. Alguns autores ficaram mais conhecidos que outros na análise de contextos transversais ao populismo. Existe sempre a possibilidade de um ator político se referir a si mesmo como “o verdadeiro povo” contestando elites poderosas, em cima disso, algumas teses estrangeiras focam no carácter sedicioso e conflitivo e respondem com uma solução teórica e diagramais para resolver esses paradigmas de falta de democracia.

Dentro desse imbróglgio do começo do século XX é que se apresenta a discussão sobre populismo e da formação das nações e de suas hegemonias. Barraclough, por exemplo, definiu por exemplo, o contexto dos anos de 1920 e dessas novas democracias, como reformismo liberal. A oposição entre conservadorismo no ocidente, onde a preponderância era o liberalismo, e o comunismo e os estados grandes através de governos autocráticos, em países onde as lutas políticas conseguiram exceder a ideia de social-democracia:

O simples fato da existência na Rússia de uma nova ordem política, conjugado às suas indiscutíveis realizações no campo econômico e a seu triunfo na guerra de 1941-45, foi um fator da máxima importância; cada êxito registrado pela Rússia parecia demonstrar a validade de sua pretensão de oferecer-nos uma alternativa atualizada para o sistema capitalista que, pela análise de um leninista, chegara à "sua fase final". A democracia liberal, por outro lado, encontrava-se na defensiva, durante a maior parte do período; era como se, no estado de desapontamento que prevaleceu depois de 1919, tivesse perdido seu impulso moral e sua capacidade para inspirar dedicação e auto-sacrifício; como se, depois do descalabro de 1929, tivesse perdido o talento para solucionar seus próprios assuntos. (BARRACLOUGH, 1975 p. 138)

Normalmente a abordagem estrangeira dos estudos modernos focam na questão da influência de um dito líder sobre a massa e no carácter nocivo a democracia que regimes “de esquerda” teriam em um local “messiânico” e “pobre”, como conhecimento geral, a clássica diferença entre o chamado terceiro mundo e o primeiro. O populismo enquanto conceito tem diversas variações. O livro de Grita Debbert gira em torno da mesma abordagem,

retratando as incursões entre fala e discurso programático, o livro “Ideologia e Populismo” é uma leitura sobre discursos de alguns governantes, como Brizola e Carlos Lacerda, onde a autora busca analisar o que teria de “populista” na fala e cada político.

No livro “Ideologia e Cultura Brasileira”, Carlos Guilherme Mota aborda uma forma de análise onde divide os períodos de formação ideológica cinco partes, a primeira seria o “redescobrimento do Brasil (1933-37)”, segundo: “primeiros frutos da Universidade” (1948-1951), terceiro: “Era de ampliação e revisão reformista (1957-1964), e por último, o quarto período: “impasses da dependência (1969-1974)” (MOTA, 1977).

A democracia seria também a constituições de prédios específicos, instituições de poder paralelo ao poder central, ou parlamentar ou presidencialista. O conceito principal que se baseia esse estilo de pesquisa é o da *poliarquia*<sup>9</sup>, outra forma de se ler o estudo sobre populismo e democracia e repartição de esferas de poder. Exemplo 1) Hegemonia Fechada, uma forma existente em sociedades sem nenhuma participação de poder variado, 2) Hegemonia Inclusiva, onde algum grupo dissidente chega ao poder em relação ao outro, ou 3) A Oligarquia Competitiva, chamada também de forma de profissionalização da política, seria uma forma de local de deliberação livre e liberal, porém que excluísse também a maior parte da população, como na Inglaterra e na Suíça, por exemplo, ou mesmo o estilo de se fazer política dentro dos moldes do federalismo militar na república velha no Brasil, onde éramos conhecidos como “Estados Unidos do Brasil”.

A ideia de transparência, traduzida dos estudos como “accountability vertical” seria a ideia de que a política seria gestora da sociedade, com uso das eleições livres, por exemplo, já a “accountability horizontal” seriam sociedades de tendência para a poliarquia de algumas sociedades/países que ainda não desenvolveram seus sistemas representativos de maneira plena, isso segundo o conceito clássico do autor. Já o populismo em si é inexistente em sociedades antigas, podendo ser um contraponto em ciência política ao liberalismo clássico das civilizações como as Europeia, que possuem um passado de locais a Roma e Grécia, nessas sociedades havia no máximo a figura dos demagogos. Então populismo é em si um estudo de sistemas políticos representativos, não havendo o conceito fora da esfera da democracia representativa moderna. Existe muito intervencionismo e visões apologéticas sobre o populismo.

Instituições, grupos de pesquisa e agências de Estado participam do esforço de patrocinar estudos que demonstram o carácter frágil das instituições na América latina.

9 - A Poliarquia é um conceito inventado por Robert Dahl, cientista político Americano, vindo do livro de 1974 “Poliarquia”, que significaria “governo de muitos” para descrever o grau alcançado por civilizações de alto padrão democrático.

Figuras como Robert Dahl, Guilherme O'donnel , cientista político Argentino, estudiosos sobre Estado burocrático e autoritarismo são esses trabalhos na área de ciência política modernos e muito seguidos nos estudos sobre sociologia política e que instruem como deveria ser a democracia representativa na América. Uma diferença entre os estudos, é que Robert Dahl era um cientista político americano que acreditava que a poliarquia, essa forma de divisão dos poderes, era a forma de manter o equilíbrio democrático.

Já Guilherme O'Donnel pensando na forma de repartição e conflitos na América Latina, que esse mesmo esquema enfraqueceria as instituições, ao contrário do formulador primeiro do conceito. Robert Dahl buscava diferenciar a democracia real da democracia ideal. A ideia de uma democracia suscita os primórdios da formação moderna de política, isso ocorreu na Grécia com as experiências das cidades-Estado Gregas e sua “participação direta”, a ideia de poliarquia plena, seria uma questão de existência de grupos políticos antagonistas entre si, que contestam um poder central.

A poliarquia inicial seria a formação de grupos políticos específicos que disputam o poder, quando a democracia se formula enquanto democracia participativa ideal, ela formula um simulacro de responsabilidade e poder que emulam o que anteriormente era decidido pelos grupos antagônicos. O exemplo histórico seriam as cidades-Estado da península Itálica da época de análise de Nicolai Maquiavel, onde monarquias regionais e estrangeiras disputavam a formação dos principados civis. A ideia de que a liberdade de imprensa, eleições livres, liberdade para crítica aos políticos. Como evidenciado por Tocqueville ao observar o período Jacksoniano<sup>10</sup> e os jornais.

---

10 - A democracia Jacksoniana seria o modelo de democracia pensado para o “homem comum”, uma ideia de oposição, de segundo partido, surgido do racha do Partido Democrata-Republicano e posteriormente, houve a formação do Partido Democrata. Ocorrida durante o período de 1828 e que se estendeu até meandros de 1850, antes do período da Guerra Civil Americana.



### 2.3) O Populismo em comparação. (Rússia, EUA e América Latina)

A influência nos institutos de pesquisa e de agências internacionais<sup>11</sup> dentro da sociedade é nítida enquanto uma preocupação gerada por conta de toda dependência intelectual gerada por isso. Isso ocorre quando uma instituição brasileira tem que se adequar a padrões internacionais. Dentro do contexto da Guerra Fria, entre 1950/1960, ocorreu em diversos níveis e camadas, a disputa entre as esferas de influência. Os dois países então se organizariam enquanto locus ideológico, como também geopolítico para financiar seus projetos respectivos. A política na Rússia pré revolucionária, quanto na época da União Soviética foi um instrumento de superior uma ordem estamental anterior, que logo se aproveitou de certos mecanismos antigos de organização, como no caso das comunas rurais. Já nos EUA, também ocorreu em massa o fenômeno da sindicalização entre os trabalhadores, reivindicações estas que geraram marcos de direitos trabalhistas. Nessa época de tensões e jogadas políticas, nas duas nações eram pautadas para a propaganda e para a cooptação do regime.

O próprio contexto da revolução de 1917 na Rússia, demonstra a viabilidade do discurso político ser convertido em fator histórico. Lenin definia uma luta contra o marxismo legal que ele considerava populismo. Esse é um tipo de caracterização típica nos estudos mais comuns e consagrados. Baseava primeiramente em uma crença de hegemonia de uma intelligentsia localizada dentro do comitê central do partido político, que se articulava uma aliança entre o *narodnik*<sup>12</sup>, uma classe social-democrata das cidades e a revolução em si. O populismo é uma realidade que então excluiria o conceito de “luta de classes”<sup>13</sup> Temos a definição de, por exemplo, Peter Worsley, que afirmava sobre o populismo ser uma “ideologia da pequena gente ameaçada pela aliança entre o capital industrial e o capital financeiro”. Outra percepção é que há uma ligação entre populismo, povo e liderança. Essa ligação seria então mediada por uma retórica conciliatória e carismática.

Esse trabalho busca retratar e salientar particularidades da história do conceito populismo, tanto os autores clássicos nacionais e latino americanos que abordaram

---

11 - A agência USAID(Agência de Desenvolvimento Internacional) foi criada em 1961 por J.F. Kennedy para direcionar recursos e investigar em projetos ligados ao Dep. de Estado Americano e existe e é influente até hoje.

12- Narodnik eram os comitês rurais de decisão coletivas, política que foi o sustentáculo que manteve a revolução de 1917. Era o “socialismo rural”. Eles veiculavam uma propaganda ligada a “terra e liberdade” e significava uma expressão que dizia “ir para o povo”. Incluía também uma visão de alfabetizar o povo.

13- A “luta de classes” foi um conceito de Karl Marx, amplamente defendido posteriormente a publicação do livro “O Manifesto Comunista(1848)”.

o tema, como os estudos modernos que buscam caracterizar “fases” de governo na América Latina, sem muito se importarem com o pesado desafio clássico e histórico que seria abordar o fenômeno da política nesses locais. O debate sobre populismo gira de maneira centralizada na ascensão do fenômeno urbano e na industrialização e no começo da formação de capitalismo nacionais, motivados por guerras e crises e em fatores econômicos, na substituição de importações e na criação de indústrias de base regionais.

Mas o populismo é estudado enquanto conceito, contraditoriamente, como fenômeno do final do século XIX: nos EUA, a ascensão do *people's party* e o começo da 'era progressista'. O elo pouco estudado entre o começo do conceito de populismo caracterizando o início de uma bandeira ideológica anti-establishment levantada, por exemplo, por políticos como Theodore Roosevelt, do partido republicano. O populismo na América seria então uma apologia não ao governo, mas a liberdade individual, de empreendimento livre e de formação de empresas, que se transformaram em monopólios e no paraíso dos “novos ricos”. A postura de Theodore em 1905 representou o começo da intervenção Americana na política externa mundial em Cuba e na República Dominicana, como também no Brasil e nos Estados Unidos. Em 1823, já havia sido proclamada a chamada Doutrina Monroe<sup>14</sup> e também com a implementação do controle de produtos e drogas no comércio, política mais cara ao começo do século XX.

Exemplo disso é que Theodore veio ao Brasil por convite de Lauro Muller, ministro das relações exteriores do governo de Hermes da Fonseca, um político do PRC (Partido Republicano Conservador), que representava as elites oligárquicas partidárias do federalismo. O populismo na América teria como principal fator a segregação racial. Afinal, os membros do antigo *people's party* se interessavam a se opor aos ricos, a elite da guerra civil americana, aquela elite que também era o próprio Partido Republicano. O partido do *people's party* (partido do povo) buscava entre seus eleitores trabalhadores, mas trabalhadores brancos, em detrimento do descontentamento com as elites dirigentes republicanas.

O objetivo da pesquisa não seria taxar, por livre expressão interpretativa, o rótulo de populista em quem não se encaixa na visão de mundo x, ou y. Como visto em trabalhos, como Michael Kazin, da Universidade de Cornell, que em seu livro “*A Persuasão Populista: Uma história Americana(2007)*” fala mais sobre esse ângulo da história do conceito na América como um todo.

---

14 - A chamada Doutrina Monroe foi anunciada pelo presidente estadunidense James Monroe em sua mensagem ao Congresso em 2 de dezembro de 1823. A mensagem era clara. A “América para Americanos”.

Também no livro, se divide o chamado populismo do que seria os membros de uniões e sindicatos, socialistas em geral, do populismo que falava ao “barbeiro, motorista de ônibus” de George Wallace(histórico racista, do partido democrata e governador do Alabama), mas que era segregacionista e racista, ou seja, seu trabalhador ideal, poderia ser pobre e de funções como a do motorista de ônibus, porém sua retórica era dirigida para o “verdadeiro povo americano”, sendo isso uma retórica do povo branco americano, em um sentido de “nós e eles”.

Visto por aí, o autor propõe um levantamento sobre a estilística populista, como por exemplo, as técnicas de retórica. Posicionando o People's Party, que por volta de 1890, organizava rebeldes trabalhadores, normalmente do campo, mas também abrangia os produtores urbanos, para proteger o direito do indivíduo que trabalha. A visão aqui é observar que um político, normalmente, faz política que se define atrás de uma legenda, de um símbolo, de uma agenda e de interesses, e que esses interesses de grupos são representações de reivindicações coletivas, e que o político buscava formas simbólicas de canalizar seu apoio através de certos marcos históricos e de louvar a formação de identidade de certas categorias, a ideia de “falar pelo povo”(speak for the people) surge daí como uma forma de retórica.

Em tom de comparação histórica: uma segunda fonte de populismo seria a própria idealização da democracia tão cultivada no imaginário desde a chamada “Revolução Americana”, que traz uma matriz de crença nos ideais iluministas relacionados a Thomas Paine, Tom Watson ou Thomas Jefferson, a Declaração de Independência, e todas as críticas ao “despotismo absoluto” do rei George III, ou a descrição do “Senso Comum” como apologia de um modo americano de se fazer política, fruto de uma “revolução” contra uma antiga metrópole da Europa e acontecendo no dito Novo Mundo: América. Para Michael Kasin, o populismo já ser visto nas atuações religiosas em comunidades, por exemplo.

“Durante o século XIX, o pietista e o racionalista coexistiram na retórica, em partidos políticos e nas coalizões dos descontentes. A cristandade protestante, como um sistema de crença, foi comum a ambos os grupos, mesmo que as formas de adoração fossem diferenciadas amplamente. Pastores plebeus e propagandistas seculares concordaram, como um historiador coloca: “que pessoas deveriam esquecer todo o preconceito servil e aprender a melhorar as coisas por elas mesmos”. (KAZIN,1995,p.11)

A moral da igreja protestante, como do pietista e do racionalista sofriam uma simbiose e uma simpatia entre si, como sugerido pelo excerto descrito abaixo do livro de Kasin, produzindo retóricas e parábolas como a compensação da pobreza e da humildade, como “Davi e Golias”. Assim, períodos, religiões, visões de mundo e movimentos são parte do mundo político que origina o debate sobre o populismo.

Sendo uma das principais razões o consentimento social do povo enquanto legitimador do poder. Uma concepção contemporânea e que inverte as antigas razões de Estado. Para Alexis de Tocqueville em “Democracia na América”, só é de interesse de comunicação pública, aquilo que denota a crítica ao político, erros de gestão, escândalos. Eles só escreveriam aos jornais para, 1) se dirigir ao povo, nos raros casos e falarem em nome próprio, segundo caso 2), quando lhe são atribuídos imputações caluniosas e eles desejam restabelecer a verdade dos fatos. Como visto também no livro, no capítulo IV, *do princípio da Soberania do Povo na América*

“A vontade nacional e um dos termos de que os intrigantes de todos os tempos e os déspotas de todas as eras mais abusaram amplamente. Uns viram sua expressão nos sufrágios comprados de alguns agentes do poder; outros nos votos de uma minoria interessada ou temerosa; ha ate mesmo os que a descobriram totalmente formulada no silêncio dos povos e que pensaram que do *fato* da obediência nascia, para eles, o *direito* do comando. (TOCQUEVILLE, 2005,P.65)”

### **3) O Populismo e a Propaganda:**

O populismo é um termo que gera certa tensão e ambiguidade pela variedade de temas onde ele pode ser categorizado e utilizado, principalmente dentro da História do Brasil e dos estudos como o de José Marques de Melo: *Populismo e Comunicação*(1981). Pode-se referir também, em grande escala, em como aparelhos de comunicação de massa, como rádio, revistas, serviram como propaganda e modelo de governo para substituir a cultura oral dos primórdios do povo, quando ele ainda era folclórico (folk) e se comunicava com histórias orais, e de sua evolução acompanhando as evoluções tecnológicas, assim surgiu um novo público trabalhador (povo, “people”) e ouvinte primeiro rádio nacional e depois da televisão.

Havia uma cultura cívica no Estado Novo muito forte, o que levou alguns autores a desconfiar de um controle geral Estatal da cultura, assim também funciona a lógica da cultura popular enquanto hábitos esportivos, com o futebol e a criação do Maracanã(Estádio Mário Filho), ou mesmo o incentivo público ao teatro e ao cinema, através dos ritos cotidianos dos “cinejornais”, uma geração de estudiosos traumatizados com comparações com os regimes autoritários passaram a desconfiar do incentivo público a criação de obras de arte, desconfiar de filmes como “O Descobrimento do Brasil” , “Limite” ou mesmo “Alô Alô Carnaval”. Também não percebemos que ao descartar o populismo completamente, perde-se a noção de que foi um período de começo dos direitos básicos dados ao povo, a visão de populismo servia como uma forma de negar esses novos direitos. Como também taxar como populista, produtos culturais nacionais, parecia a maneira mais fácil de gerar contradições de classe e implementar instintos como o “faça você mesmo”, ou “jeito americano de vida (*american way of living*)” e as produções culturais erma parte integrante desse estilo de modelo.

A maioria dos autores brasileiros buscam categorizar o populismo como algo ocorrido na nossa política entre 1945-1964. Por exemplo, o cineasta Glauber Rocha propunha romper com a forma de arte que considerava populista em oposição ao “cinema novo” por ele praticado. A mesma lógica valia para comunicações de massa como a televisão, que passou com o tempo a ser um grande mecanismo de propaganda e ideologia para setores hegemônicos, exemplo disso foi que em 1963 foi elaborado um “Plano Nacional de Telecomunicações” que visava dotar o país de um sistema nacional integrado e fiscalização efetiva programática por parte dos governantes, em 1964 foi a vez do acordo

firmado entre a Timelife (conglomerado Americano ligado a Fox) e a Rede Globo de Roberto Marinho para transmitir um “modo de vida” e não apenas mais ou canal de televisão. Esta emissora viria a ser a principal mensageira dos “novos tempos” de ditadura militar. Com ajuda da tecnologia EMBRATEL, esse sistema foi canalizado enquanto política nacional pelo novo regime.

O “Folk”, o “Volk” e o “People” são formas de classificação do popular dentro de uma perspectiva que vai além apenas da descrição da classe econômica;. Essas preocupações atingem um sentido dos novos processos de democratização na América Latina, que envolvem relevos ao pensar as crises políticas e as novas configurações democráticas desde a década de 1980. Os intelectuais com a definição de povo foram sumárias em seu carácter categórico. Algumas diferenças toponímicas se formaram com as traduções. O “Folk” sendo uma reflexão cronológica, o “Volk” é uma reflexão telúrica e geológica(raças e regiões), já o “people” seria a definição da crítica enquanto objeto daqueles que definem um governo nacional enquanto populista.

O sentido de crítica ao populismo enquanto formador de um povo, e visto no conflito social gerado pelo golpe de 1964 no Brasil enquanto um imbróglho político, onde facções que há muito tempo buscavam o poder, conseguiram “conquistar” o Estado de maneira autoritária por outros meios que não eram os meios democráticos, como o modelo eleitoral. Segundo Francisco C. Weffort, às vésperas do golpe de Estado, os setores reformistas nacionalistas<sup>15</sup> esperavam uma reação orgânica de resistência ao ocorrido. Mesmo nomes como Juscelino K., como também de Carlos Lacerda, que tentaram apoiar à primeira vista 1964, ocorreram de ser perseguidos e caçados pelo mesmo movimento. Mesmo havendo manifestação de algumas centrais sindicais, como a CGT da época, foram poucas mobilizações, mais centradas no Rio de Janeiro.

A premissa de José Murilo de Carvalho ao analisar os jornais e a república e a se referir do povo que assistia a implementação da república “bestializado”, enquanto a ação era capitaneada por uma elite militar e sem participar ativamente do processo, voltava então com força para pensar que se a democracia ameaçava a hegemonia do poder, simplesmente a solução seria a sua eliminação. Weffort, por exemplo, estimula três formas de debilidade dos setores médios brasileiros que inviabilizavam o sucesso político. São grupos presos ao carácter de tentativa de ação subsidiária da grande propriedade, inexistência subsidiária da grande e ausência de programa político original.

---

15 - Os reformistas nacionalistas seriam aqueles apoiadores de JK e Getúlio Vargas.

A crise estimularia mais do que falha de governo, ou esgotamento, uma inserção cada vez maior de influência de setores de classe média que levantavam uma bandeira de anticorrupção. A visão amplamente difundida sobre populismo seria registrada principalmente depois de 1945, em uma concepção da sensibilidade clássica liberal que relutava em ceder para a necessidade de inclusão de novas massas na esfera política, principalmente levando em consideração o êxodo rural de populações camponesas que até então estavam de fora da cultura política nacional.

Essas elites que já haviam criticado a república velha, agora sentiam falta de seu esquema eleitoral, pois criticavam a instituição e a popularização do voto secreto, vendo nisso uma forma de suborno coletivo de classes e grupos políticos patronais ao governo e a formação política. Sendo assim a crítica ao populismo feita inicialmente por essa concepção liberal, por exemplo, era de fatores ligados a exterioridade, como a sensibilidade de conexão entre o líder e a massa, ou a retórica e o carisma dos atores políticos ou pela acusação de demagogia (WEFFORT, 2003).

Através de uma releitura dos movimentos populista, houve uma releitura de diversos movimentos. Por exemplo, a própria revolução francesa, já fora demonizada por uma concepção tradicional aristocrática, e assim, apropriada enquanto movimento e orgulho pelas elites da burguesia. As definições de categorias para o pobre, ou mesmo para o povo, população, sempre estiveram desde Victor Hugo ou Michelet, no seio da interpretação social sobre o trabalhador. Também em trabalhos sobre formação da identidade trabalhadora moderna como em E.P Thompson é visto a associação entre o pobre e o trabalhador, como parte de um mesmo movimento.

Esse tipo de reflexão originária da sociologia da comunicação trouxe ferramentas para analisar o contexto de formação de identidades e permite notar certas diferenças imbuídas na cultura nacional de cada país, com feitos e lendas contadas de geração para geração, para a dita “cultura popular”, assim podendo ressaltar o carácter ambíguo desse conceito como formador do “verdadeiro povo”, sua autonomia e originalidade estaria em contestar e estar de fora da chamada cultura hegemônica da elite. Ou seja, a ideia de povo enquanto uma visão romântica e miserável surgiria assim, e sofre uma dissolução, pela esquerda com a formação da classe social, pela direita, na formação da dita “massa”.

Uma posição que certamente foi nutrida pelos estudos culturalistas da área da

antropologia, e que por coincidência, se tornaram popular depois que esse verdadeiro povo começou a desenvolver identidades dissidentes das suas origens, enquanto trabalhadores, por exemplo. O exemplo disso seria a influência do evolucionismo de Morgan nas ideias de Karl Marx.

O “Folk” estaria ligado ao povo folclórico, carnavalesco e idealizado pelas elites, como o povo visto nos romances literários franceses, já o “Volk” seria a ideia fruto das guinadas de interiorização, como uma tomada da consciência de classe por conta de uma matriz nacional perdida enquanto tradicional, da mudança de eixo do rural para o urbano, vinda daqueles que formaram ligas de cooperação, ao estilo das “ligas camponesas”, ou mesmo o fortalecimento de políticas públicas e formação educacional em cidades pequenas que, em certo momento, aderiram a uma forma de consciência cívica para compensar sua falta de influência junto com a metrópole. Já o People, como já demonstrado em algumas análises acima sobre a concepção da soberania da cidadania e do povo, é o povo que participa dos processos cívicos e eleitorais e que se forma em uma identidade em conjunto com a identidade nacional, daí se insere a diferença entre “povo tradição” e “povo raça” (BARBERO, 2003, P. 30).



### **3.1) Populismo e Desenvolvimento**

Pensando de acordo com Octávio Ianni, podemos racionalizar uma linha de pensamento que pensa os processos desgaste da institucionalidade no Brasil. Assim, os processos são mais relacionados a observar quando há rupturas e colapsos sistêmicos. No Brasil, teríamos três modelos econômicos ligados ao processo de industrialização e os usos e desusos das estruturas econômicas vigentes.

No livro Dependência e Desenvolvimento na América Latina, a análise do carácter de vinculação do nacionalismo ao populismo é descrito como uma forma de se fazer política vigente na América Latina, com um estado nacional desenvolvimentista, que fomentava uma industrialização “nacional populista” em oposição com a industrialização liberal apoiada pelos grandes setores agro exportadores.

As diferenças sociológicas registradas entre as sociedades latinas, ou em reflexão própria, ou mesmo em comparação deveriam então dever obedecer as diferentes situações históricas estruturais desses países que conseguiram no período do “populismo clássico” encabeçar um processo de industrialização, tanto no nível das massas populares, como para os grupos dominantes. Como no caso da formação de partidos como o Partido Radical na Argentina, ou mesmo a formação de uma classe média dirigente no Chile e no México. Sendo então algo comum a formação de uma espécie de “frente popular”(CARDOSO, 1970)

A primeira fase seria até 1930, onde preponderaria o estilo de agricultura agroexportadora e as áreas industriais seriam mínimas, o mecanismo preponderante era a mediação de subsídios para o setor agro exportadora para promover uma forma de “socialização das perdas” através da desvalorização e política inflacionário feita para valorizar os lucros do setor produtivo nacional. A mão de obra em sua maioria era artesanal e era o café o principal produto na balança comercial brasileira (Ianni,1973).

Na segunda fase, seria a fase da chamada “democracia populista”. Ocorrendo genericamente entre 1930 até 1964. Seria caracterizada por uma fase de implementação da política de substituição das importações e criação de empresas públicas para garantia de riquezas nacionais, ou para fins de influência e desenvolvimento regional, como a Petrobras (criada em 1953) e a SUDENE, (criada em 1959) para promover o desenvolvimento de obras para contenção de secas.

Após a Segunda Guerra mundial, essas empresas de desenvolvimento regional começam a contar com o aporte do também recém-criado BNDE (Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico). Para análise dessa questão do desenvolvimento regional e o contexto da criação da Sudene, utilizo do livro de Amélia Cohn *“Crise Regional e Planejamento (1976)”*. Na região nordeste, dos 25 milhões de habitantes, mais de 2/3 deles vivem no campo, em sua organização econômica, a grande lavoura de plantação de cana de açúcar não comporta as plantações de subsistência desses trabalhadores, que oferecem sua mão de obra de forma barata e muitas das vezes dependem de uma cara rede de abastecimento local. A região nordeste seria então o local de “dependência dentro da dependência” e tem sido desde o século XIX uma região “problema”(COHN, 1976).

Já a terceira fase compreendia após 1964, no governo Castelo Branco, há uma tendência de desenvolvimento internacionalizado associado, com o abandono inicialmente ao modelo de substituição de importações. Esse modelo predomina até mais ou menos os anos de 1970, quando ocorre uma grave crise em 1973 e aí predomina a política econômica de uma burguesia paulista ligada a uma espécie de “volta” ao desenvolvimento regional, é o “Delfinato” política de economia que ocorreu na saída de Roberto Campos e entrada de Delfim Netto. Podemos então entender duas fases distintas de economia e políticas públicas dentro da própria ditadura militar

### **3.2) Populismo e Formação Nacional na América Latina**

A América Latina hoje, do período posterior aos anos de 1980 (década chamada de “perdida”), experimentou assim uma trajetória de decolagem de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). A crise de 2008 teve um impacto tardio no Brasil, demorando ainda alguns anos para ser sentida, o que experimentou dentro do processo de comparação global uma emergência do sul. É necessário entender que a América Latina não está isolada do mundo e se insere em uma organização internacional de trabalho como uma típica produtora de produtos primários (commodities), o que garante um crescimento estável em relação aos destemperos do mercado, mas também pode favorecer o aparecimento de doutrinas de cortes aos investimentos em ciência, tecnologia, educação e cultura, algo evidenciável pelo passado de tradições vindas do século XIX, de valor a propriedade, da liberdade individual, ao 'rule of law' Estado de Direito (CARDOSO,2009).

Enquanto o conceito é amplamente debatido, com ênfase em diversos ângulos possíveis de análises, como em formas de discurso, movimentos políticos e organizações religiosas. Alguns autores que serão abordados, também serão analisados como conceituadores principais do tema em termos de Brasil e América Latina, como Francisco Weffort e sua visão uspiana do populismo, ou Octávio Ianni e sua interessante visão de formação populista inicial e também, o colapso posterior do sistema populista em seu outro livro. O debate giraria em torno da diferenciação entre populismo político e populismo de cunho econômico, outro ângulo seria o debate se populismo pode ser mais encaixado no aspecto de esquerda ou direita.

A ideia de populismo em diversos sentidos, ao longo do tempo, ganhou certamente uma conotação negativa e taxativa. Para buscar uma posição mais original e próxima da realidade Brasileira, esse capítulo compreende uma análise sobre populismo na perspectiva de Octávio Ianni, em *Populismo e Contradictions de Classe em Latinoamerica*, demonstra que após o período de ascensão da burguesia nacional entre 1945-1964 ocorreram fatores que fizeram do golpe militar possível com a deposição de João Goulart, ao mesmo tempo que também na Argentina aos poucos perdia a força a ideia do Peronismo clássico, sem que com isso houvesse a tomada de poder por parte das massas. Ambos os movimentos não tiveram grande resistência inicial.

Segundo o livro *O Colapso do Populismo na América Latina* de Octávio Ianni, esses modelos de disputa entre oligarquias rurais e burguesia urbana nascente finalmente, colapsam em 1964. O populismo seria para Ianni primeiro um pacto provisório,

depois um colapso, para Weffort uma inevitabilidade do sistema político da velha política, que se atualiza em formas de pactos sociais de classes que podem vir a ser antagônicas. Também possuindo uma crítica ao personalismo, messianismo da figura do líder político.

Octávio Ianni desenvolveu enquanto articulador de uma forma de estudo integrado sobre a América Latina, uma forma que não ignora o carácter político do século XIX, mesmo sendo uma abordagem quase nunca utilizada nos clássicos estudos de populismo. A dependência em relação ao capital Americano e Inglês simbolizou a diversificação e descentralização inflacionária perpetrada pelo período Republicano no Brasil. Nos EUA, a mesma época era conhecida como “Era do Progressismo”(1890-1920), assim também pequenos produtores rurais americanos defendiam uma política que pode ser lida como populista

A conclusão seria que a atuação populista foi o que preveniu a atuação ainda maior dos setores militares na política. Em um último arremate é possível entender o populismo latino-americano como uma variável de evolução das contradições entre a sociedade nacional e a economia dependente<sup>16</sup>

A História deixa de ser vista enquanto acontecimentos, e se torna ela própria um processo (judicial, institucional). assim também como em *“Formação do Estado Populista na América Latina(1991)”*, Octávio Ianni define isso como “bonapartismo” como parte do que seria o populismo dentro de uma análise do populismo de maneira clássica seria essa visão de formação de imaginário nacional no século XIX.

Na segunda metade do século XIX, em particular por conta de Porfirio Diaz e a concentração fundiário, perda dos direitos das antigas terras comunais indígenas. Assim a Revolução Mexicana campestre de 1910, e nomes de seus líderes como Francisco Villa Emiliano Zapata fazem parte de um imaginário típico de América Latina. No século XIX, a imagem do nacional na América Latina foi dominada por uma ideia de superação de um liberalismo econômico em nome de uma ideia fundamentada de início do debate democrático, que envolvia a questão da libertação nacional, assim como Simón Bolívar e San Martín representam esse imaginário na América Latina.

A questão do populismo na obra de Ianni inaugura uma nova argumentação em cima do imaginário e da formação das tradições, levando em conta a história da América latina no século XIX, sua influência estrangeira devido a economia colonial e a formação de condições de comparação entre a formação identitária nacional de alguns locais, como a

---

16 - O conceito de economia ou capitalismo dependente seria uma forma de padrão de reprodução de capital, onde existem economias satélites de outras centrais. A ideia de desenvolvimento associado tem origem econômica, mas também social. Assim forma-se a ideia de “desenvolvimento desigual e combinado”.

Argentina, e principalmente o México. Pensando dentro de uma teoria da modernização, acrescida de uma intensa influência de um imaginário rural. O México mesmo que geograficamente fique mais perto dos EUA na América do Norte, é um país que fala Espanhol e culturalmente por isso, se assemelha ao que designamos como “América Latina”, que compreende a ligação do idioma.

O que nos distancia da visão clássica do populismo entendido como um conjunto iconográfico ligada a religiosidade, aos valores populares e ao trabalho, eventos nacionalistas e apologias a figuras de certos heróis, como Zapata, José Martín, ou mesmo Simon Bolívar. O México fez uma revolução logo em 1911, com grande influência dos ideais campestres, ou de padres como os Hidalgo e Morelos. A intensidade e o nível de participação popular nessa revolução tornou política algo sentimental e vivenciado por todos que estariam interessados em uma forma de luta que envolvia a reforma agrária e o imaginário camponês, esse processo tornou as pautas de governo sempre ligadas ao ideário revolucionário, tornando a questão que se enraizava como instituição através dos partidos políticos.

Podendo dizer que essa visão vê o empresário e empreendedor como maior personagem, como demiurgo da composição do social, vendo uma incapacidade inerente ao escopo do desenvolvimento nacional, sendo portanto, um dos fatores pelos quais se explica porque algumas nações são pobres, é apenas porque são naturalmente pobres, o mesmo valendo como explicação para os países ricos. Essas formas de categorias de desenvolvimento emergem dentro de um escopo do social, e alguns paradigmas e dilemas nacionais ganham destaque.

O nacional desenvolvimento, a substituição de importações e a criação de estruturas autônomas se referem ao campo do pensamento social brasileiro e como ele se formula ao longo da história através dos institutos de pesquisa e sua ligação com os governos. A história das ideias no Brasil tenta explicar exatamente essa especificidade nacional entre a ideia e a prática da ideia. A ligação entre a retórica da educação, de governo e crise é uma constante questão para a profissionalização dos saberes e também para a análise e renovação do escopo político e social, que culminam em forma de funcionalismo público, sindicatos e tecnicismo.

Diversos movimento surgiram nesse período, como o apoio das massas e de seu imaginário ao Presidente Arbenz e ao Cardenismo no México. Na América Latina, a ideia de conflito, como também a ideia de Revolução permanente é possível de ser empregada em

diversos países. Como por exemplo também é nítido formas de conflitos em fronteiras e rotas específicas. No século XX, a Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia foi um exemplo disso. No México, na Bolívia e em Cuba ocorreram inserções massivas da população enquanto massa assalariada.

No Peru, havia o Aprismo, com Victor Raul Haya de la terra. Na Bolívia, em 1952, o Movimento Nacional Revolucionário cedia a pressões de elites oligárquicas. Para Octávio Ianni, a ideia de comparar diretamente regimes como o Cardenismo e o Getulismo seria errada, assim também como a comparação com o Fidelismo. Sua leitura é de que em cada país, essas ditas massas haviam evoluído o suficiente para formar uma aliança e culturas políticas específicas, que podem ser lidas de maneira transversal com o estudo do contexto do regionalismo das ideologias políticas. A principal característica do que seria o populismo dentro dessa visão é a que as massas desapareceriam aos poucos das decisões políticas, e antes eram fator chave enquanto elemento político dinâmico e criador, mesmo se suas ações fossem autorrepresentadas ou mesmo “manipuladas”:

“Foi nesse período em que foram superadas as relações estamentais e de casta criadas pelo colonialismo mercantilista ligado ao regime escravista e preservado mais ou menos intacto desde a Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, e simultaneamente, as manifestações mais notáveis do populismo apareceram em fase crítica das lutas políticas daquelas classes surgidas nos médios centros urbanos e nos centros industriais contra as oligarquias e as formas arcaicas do imperialismo. (IANNI, 1973,P.85)”

### 3.3)A classe popular e a elite dentro do sistema político

Os fenômenos que tem ligação com a análise do populismo na América Latina normalmente acabam por corresponder a uma ideia de subdesenvolvimento de organização no nível das atividades políticas através da ideia de “democracia representativa”. Deixam transparecer uma certa ideia de lástima em relação ao conceito de democracia representativa ao carácter conspícuo que certas “classes populares” se deixariam enganar por líderes, tanto civis, quanto militares.

Na maioria dos trabalhos analisando os movimentos de massa na América Latina, os pressupostos seriam de que a) seriam como fenômenos políticos produzidos no interior de um processo mais amplo de modernização das sociedades latino-americanas; b) seriam fenômenos menos políticos produzidos pela incapacidade das sociedades americanas realizarem a democracia representativa segundo o modelo europeu ou norte-americano. Em ambos os casos, nota-se uma envergadura para a compatibilidade entre a identificação de uma sociedade democrática e uma sociedade capitalista (IANNI,1991)

Como lugar comum, é analisado o populismo como locais de frágeis democracias, com alta ação e dispersão de classes sociais. Jessé Souza, sociólogo que toca em diversos temas de revisão do patrimonialismo brasileiro, aborda as contradições e ciladas de algumas conceituações sobre populismo mais focadas em propaganda política dessa ou aquela ideologia. O liberalismo e o dinheiro compraram uma opinião moral, uma espécie de teoria geral da civilização no Brasil. Revelam com o discurso do patrimonialismo e sobre populismo uma visão depreciativa das classes populares no Brasil.

\_\_\_\_\_A ideia presente por exemplo, no livro *Tolice da Inteligência Brasileira (2015)*, aborda isso também como uma crítica aos estudos como de Bolívar Lamounier que apontam para uma forma de “populismo” vista na cobertura governamental para 2/3 da população, como teria ocorrido no governo de Luís Inácio Lula da Silva, o identificando como populista através de análises bem enviesadas. De maneira similar, mas com mais esmero, encontra-se a análise de André Singer em *“Os Sentidos do Lulismo - reforma gradual e pacto conservador”*, onde existe mais uma análise do antes e depois da política interna petista, opondo as políticas de pautas partidárias ao real momento de tomada de poder.

Nesse sentido, a reflexão de Ortega y Gasset no livro *“A Rebelião das Massas”* demonstra que na modernidade a sociedade seria gestada em um estado de democracia, de tipo industrialista e que passaria a ser ordenada pela experimentação

científica. Essa seria a ascensão da técnica. O que dominava o estilo de homem médio na sociedade eram esses novos fatores, essa figura preponderante, seria a figura do *homem-massa* que seria aquele indivíduo que domina o estilo de política moderna e suas reivindicações.

O assunto também é motivo de debate na área que gestou área da psicologia social quando abordamos a temática da “invenção” das massas e multidões, podendo perceber um carácter completamente predicativo e taxativo sobre essas novas massas. Como as multidões e classes representadas nelas agem ou são acabam sendo temáticas caras ao estudo do fim do século XIX e começo do XX, onde começou-se a refletir sobre o carácter dessas multidões.

No livro “Psicologia das Massas” de Gustav Le Bon, famoso psicólogo francês, inspirado em parte pela evolução do pensamento psicológico de Freud. Os espíritos “lógicos”, que seriam habituados a dedução lógica e matemática de raciocínio não poderiam deixar de se demonstrar para essas multidões.

Apontam que essa inteligência do homem intelectual, ciente das matemáticas e das deduções silogísticas ao se dirigir para as massas não teria efeito ou apelo. Enquanto as associações de identidade possuiriam um carácter de aceitação até mesmo por uma “massa inorgânica” que seria capaz de compreender ou ouvir uma associação de identidades através de algum evento que as “guiassem” como condutores através de afirmação, repetição e uma ideia também de contágio. A ideia de massas irascíveis e não racionais está presente na fundação do estilo de pensamento entre a psicologia, o direito, a filosofia e a comunicação. O exemplo é o caso da Comuna de Paris, evento de ocupação ocorrido na capital Francesa em 1870, como um exemplo de evento que ajudou a propagar essa imagem junto com uma ideia de bonapartismo por parte dos eventos históricos franceses.

As classes sociais no Brasil se encontram forjada em relação a mistificação e constituição de setores e representações desse setor. A classe social do povo (people) começam a ser direcionada enquanto aquele povo funcional e empregado, que obteria benefícios através da estrutura de sindicalismo único, com o instrumento, por exemplo da carteira de trabalho. Florestan Fernandes em “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina” referencia frases que costumam intermediar as relações entre a classe média radical e desenvolvimentista e a conquista dos votos dos eleitores de outras classes sociais. A pergunta de Florestan faz sentido, no sentido de entender a constituição das classes sociais na América Latina. A ideia de “São Paulo é a cidade que mais cresce no



Brasil”, “Revolução pelo desenvolvimento”, “via Chilena”, “Argentinização da economia”. Ou seja, as classes sociais na América Latina seriam formações histórico-sociais típicas. Para Florestan a estrutura econômica dependente das formações capitalistas latino americanas geravam o próprio desenvolvimento, ao mesmo tempo que se acostuariam a uma ordenação de submissão econômica, responsável a longo prazo pelas crises cíclicas inibindo assim seu próprio grau universalidade desse capitalismo. Ou seja, a inserção de um estilo de economia dependente, pode tornar toda a sociedade estratificada dependente dos tipos de relação estabelecidas dentro do ângulo do mercado internacional de exportações e comércio que estimulam os investimentos e as riquezas do setor privado em relação ao setor público (FERNANDES, 1975).

O ciclo do populismo clássico, a rigor, seria para a maioria dos estudos um recorte nas sociedades latinas de 1940 até 1970. Já o neopopulismo seria o populismo do ciclo das propostas neoliberais pós anos de 1990 que se viram na América Latina. Já o que costuma se chamar de populismo de esquerda seriam vistos na América Latina pós anos 2000. Para Gino Germani, por exemplo, uma clássica versão do que seira o populismo clássico, a ideologia populista era uma espécie de linguagem de tradução de um poderio autoritário, porém que adicionava massas excluídas na política. Entendendo o populismo como um fenômeno característico de mudanças em uma sociedade tradicional. Assim podemos entendê-lo e diagnosticar as variedades sociais que produzem tal fenômeno.

## Conclusão:

A ideia de populismo, da descrição aleatório ao conceito dentro de seu arcabouço histórico social, o termo têm sido um dos mais controversos da literatura da ciência política. É usado para várias frentes de definição, que vão da direita para a esquerda. Cada um defende ou defenestra o “populismo” avesso a sua concepção. Observando contudo, que a terminologia acabou sendo mais reconhecida como uma forma de designar a liderança que procura abordar seus eleitores de maneira direta, é a tal da “ideologia da outorga”, ou poderio do executivo em relação ao legislativo, onde é excluído a estrutura dos partidos políticos e instituições do arquipélago democrático em geral. O meu ângulo de análise através desse trabalho monográfico foi de foco na área de populismo político, envolvendo Octávio Ianni, Francisco Panizza e Laclau. Mas existem outras linhas de investigação sobre o populismo, mas existem outras linhas interpretativas sobre populismo.

**Tabela 1: Três Principais Linhas de Investigação sobre Populismo**

	<b>Definição de Populismo</b>	<b>Unidade de Análise</b>	<b>Métodos Relevantes</b>	<b>Referências</b>
<b>Ideologia Política</b>	Conjunto de ideias interrelacionadas sobre a natureza sociopolítica	Partidos e líderes partidários	Literatura partidária. Análise qualitativa de textos	Mudde (2004, 2007) Mudde e Kaltwasser (2012)
<b>Estilo Político</b>	Discurso com características específicas para reivindicação política	Textos Discursos	Análise interpretativa dos textos	Kazin (1995) Laclau (2005) Panizza (2005)
<b>Estratégia Política</b>	Uma forma de organização e de mobilização	Partidos (com enfoque nas estruturas), líderes e movimentos sociais	Análise histórica comparativa e estudos de caso ( <i>case studies</i> )	Roberts (2006) Weyland (2001) Jansen (2011)

Fonte: Baseado em Gidron e Bonikowski, 2013: 17

*Figura 2: GALITO, Maria Sousa "Populismo – Conceptualização do Fenômeno" (Working Paper CEsa CSG 158 / 2017 , p: 10 apud )*

O que ocorreu nos últimos tempos com a globalização foram diversas mudanças estruturais que geraram uma certa noção de “crise de representação” dos ideais nacionais e a transnacionalização de elementos culturais e políticos, o aumento da violência, recrudescimento dos regimes trabalhistas, com retiradas históricas de direitos trabalhistas, como hora de trabalho, países como Brasil, México e Chile, nos últimos anos, sofreram com

privatizações dos seus setores previdenciários e com diversas propostas de desregulamentação das diretrizes capital-trabalho. Também observamos o avanço de um entendimento de crise das democracias ocidentais, deixando o previsto “fim da história” de Francis Fukuyama em descrédito.

Desde então, houve a queda do World Trade Center, a ascensão do discurso de terrorismo, a intensificação dos conflitos religiosos no Oriente Médio e a mudança do eixo do Afeganistão para o Iraque. Também a “Primavera Árabe”, exemplificando aquilo que se cunhou chamar de “revoluções coloridas” estimuladas pela nova tecnologia mobile e wireless (sem fio).

Principalmente uma recente volta de um conservadorismo de vertente e apelo popular e populista, com partidos como Syria, Brexit Party, e podemos na Espanha. A noção de morte das democracias tem se tornado muito popular nos meios acadêmicos. Nos últimos tempos, por exemplo, se discute muito o valor da memória dos marcos nacionais, como locais de homenagem cívica e de estátuas e o que elas representam para a sociedade. Recentemente, a onda dos protestos provocados pela morte do segurança George Floyd nos EUA estimulou um reavivamento de um movimento chamado Black Lives Matters, como também os protestos passaram a indagar sobre a permanência de tradições colonialistas e escravocratas em locais de memória tanto na Europa, como nos Estados Unidos, como sinalizado pela retirada da estátua de Theodore Roosevelt da entrada do museu de história natural de Nova York. Aqui no Brasil também reverberou essa polêmica no questionamento de símbolos como a estátua de Borba Gato, ou com as estátuas dos bandeirantes, e seu papel na história do apressamento indígena.

A roda da história demonstra como o termo populismo, ou mesmo a terminologia de “democracia”, pode variar de acordo com lugar histórico, geográfico e principalmente, variam de acordo com o viés ideológico. A discussão sobre populismo pode ser uma vertente de análise discurso e retórica dos ditos populistas, pode ser uma análise interpretativa de elementos dos partidos políticos e movimentos sociais. As alterações e os revisionismos dependem da interação do universo universitário com as atividades ideológicas e políticas. Assim é que as pesquisas em ciências sociais podem ser um espelho para a imaginação e a cultura política da época. Através da análise desses fatores históricos, a ideia de Octávio Ianni foi fundamental para embasar a conceptualização por seu entendimento da cultura política oligárquica na formação dos Estados latinos, rastreando o populismo desde essa

época.

Voltando aos tempos contemporâneos, existe uma tendência de queda da crença no nacional, que no século XX viu duas grandes guerras em nome da disputa entre as nações. Esse paradigma evoluiu para uma abordagem diplomática com a criação de ONU, e os conflitos aos poucos se estabeleceram em relação a uma forma de divisão internacional de comércio, produção e trabalho, onde a América Latina desempenhava, e pode-se dizer, ainda desempenha, um papel secundário, de produtor de insumos primários, como carne, gado, soja, laranja e tantos outros elementos que se dispõem em ampla escala no nosso território. A ideia de um capitalismo dependente inserido na ordem internacional através de um desenvolvimento desigual e combinado, este seria então os motivos históricos do subdesenvolvimento.

## Referências Bibliográficas:

- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. Tradução: C.A. Watts & Co. Ltd. 3º ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1975.
- BARBERO, Jesús Martín. *Dos Meios às Mediações. Cultura e hegemonia*, Rio de Janeiro, editora UFRJ, 1997.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro, 1990.
- BOITO, Armando Jr. *O Golpe de 1954 A Burguesia contra o Populismo*, Brasiliense, São Paulo, 1984.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro (1949)*, São Paulo, Aderaldo & Rotschild, 2007.
- CARDOSO, Fernando Henrique(org.) *América Latina: Desafios da Democracia e do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, IFHC, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Enzo Faletto. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. Editora Zahar, 3ª ed. Rio de Janeiro 1975.
- COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. Editora Perspectiva. 2º edição, São Paulo, 1978.
- DEBERT, Grita Grin. *Ideologia e Populismo Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- DE LA TORRE, Carlos. *Populist Seduction in Latin American The Ecuadorian Experience*. Research in international studies, Latin America series / Ohio University Center for International Studies ; 32, Ohio, 2000.
- DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça. Política social na ordem brasileira*, editora Campus LTDA. Rio de Janeiro, 1979.
- EDWARDS, Sebastian. *Left Behind in Latin American – The False Promise of Populism* University of Chicago Press, Chicago, 2010.
- FERNANDES, Florestan *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.
- FINCHELSTEIN, Federick. *From Fascism to Populism in History*, University of California Press, Oakland, Califórnia, 2017.

- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O mito do populismo econômico de Vargas. In: Revista de Economia Política, vol. 31, nº 1 (121), pp. 56-76, janeiro-março/2011.
- FURTADO, Celso. *A Formação Econômica do Brasil*. Editora Companhia das Letras. São Paulo. 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III. O Brasil Republicano*. Difel difusão editorial, São Paulo, 1977.
- IANNI, Octávio, et al (Selección y presentación). *Populism e Contradiciones de Clase em Latinoamérica, Serie Popular Era., Ediciones Era, S. A., México, 1973*.
- \_\_\_\_\_ *A Formação do Estado Populista na América Latina, 2ª ed*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- \_\_\_\_\_ *A Sociologia da Sociologia Latino-Americana, 2ª edição*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976.
- \_\_\_\_\_ *O colapso do Populismo no Brasil*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1975.
- LE BON, Gustav. *Psicologia das Multidões*, 1895, Presses Universitaires de France, edições Roger Delraux, 1980 para língua portuguesa, coleção pensadores.
- MELO, José Marques(coord.) PRADO, Maria Ligia(et al), *Populismo e Comunicação*, São Paulo, Editora Cortez, 1981.
- MULLER, Jan-Werner. *What is Populism?* University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 2016.
- ORTEGA y GASSET. *A Rebelião das Massas*. José Ortega y Gasset, ed.; Ridendo Castigat Mores, trad: Herrera Filho, 1929.
- PANIZZA, Francisco. Benjamin Arditi, Sebastian Barros, Gleen Blowman, David Howarth, Ernesto Laclaym David Laycock, Joseph Lowndes, Chantal Mouffe, Oscar Reys, Yannis SOUZA, Jessé. *A Guerra Contra o Brasil. Como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho Brasileiro*. Estação Brasil, Rio de Janeiro, 2020.
- SINGER, A V. Collor na periferia: a volta por cima do populismo. In: *De Geisel a Collor: Balanco da Transição*, 1990.
- STAVRAKAKIS. *Populism and the Mirror od Democracy*, Verso, Londres/Nova Iorque, 2005.
- KASIN, Michael. *The Populist Persuasion: An American History*. New York: Basic Books, ,New York, 2017.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América, livro 1, Leis e Costumes*. Martins

*Fontes , São Paulo, 2005.*

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Martin Claret, São Paulo, 2015.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na política brasileira, 5ª ed, Paz e Terra. São Paulo, 2003.*